

Diário de Lisboa

DIRECTOR — JOAQUIM MANSO

TELEFONES: P. B. X. 2 0271, 2 0272, 2 0273
ENDEREÇO TELEGRÁFICO: DIBOAREDACÇÃO, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
RUA LUZ SORIANO, 44 a 48 — LISBOAPROPRIEDADE DA RENASCENÇA GRÁFICA
ADMINISTRAÇÃO — RUA DA ROSA, 57, 2.ºEDITOR — JOÃO CHRISOSTOMO DE SA
NUMERO AVULSO: 50 CENTAVOS

O MOMENTO POLÍTICO

O eng. Cunha Leal define

as razões da sua oposição ao Governo

numa entrevista que concedeu ao Diário de Lisboa

Depõe hoje, no nosso inquérito sobre o momento político o engenheiro sr. Cunha Leal. Antigo presidente do Ministério e ministro das Finanças, figura preponderante na vida portuguesa durante o período que precedeu o movimento de 28 de Maio, chefe do partido da União Liberal Republicana, deputado e antigo reitor da Universidade de Coimbra, republicano de sempre e estudioso dos problemas políticos, económicos e financeiros, o seu depoimento aparece caracterizado pelo vigor da argumentação e pela vivacidade de expressão que assinalaram a sua carreira parlamentar.

O sr. Cunha Leal começou, assim, as suas declarações sobre o actual momento político: —Tenho-me conservado silencioso durante todo este período de surpreendente movimentação eleitoral. Reconheço que os convocantes da já hoje célebre assembleia do Bemfamoso nos prestaram um serviço inestimável, por isso que conseguimos pôr em equação as forças políticas do país e determinar o valor aproximado da incógnita oposicionista. Não lhes regateio por tal motivo os aplausos que, aliás, eles me não solicitaram, que lhes são, porventura, indiferentes ou, mesmo, lhes desagradam, mas que, apesar de tudo, exteriorizo para ficar de bem com a minha consciência.

Agora, porém, que está prestes a findar o primeiro acto do drama eleitoral, surgiu no meu espírito a ideia de aproveitar o intervalo para afirmar o meu desacordo com a tática seguida na direcção do movimento oposicionista. Mas não teria talvez rompido o meu mutismo se a isso me não tivesse incitado a leitura de duas entrevistas do sr. Presidente do Conselho.

Aos adversários da situação repugna que os nossos problemas possam resolver-se por quaisquer influências externas

E o nosso entrevistado prosseguiu: —Durante todo o seu longo período de domínio político, o sr. dr. Oliveira Salazar fez emudecer, por intermédio do aparelho da Censura e da Polícia, as vozes discordantes da oposição. Ao regime do «Partido Único», por ele instituído, deveria corresponder, logicamente, a unanimidade da opinião pública. Bastas vezes, S. Ex.ª proclamou «*urbi et orbi*» quando triste teria sido o destino de Portugal se não tivesse conseguido realizar, dentro dele, numa fase catastrófica da vida mundial, a unidade nacional—aquela unidade que até está à vista de todos...

De repente, o Sr. Presidente do Conselho houve por bem inserir na mecânica do «Estado Novo» a engrenagem oposicionista. Que espécie de oposição seria aquela que ele desejava e estava disposto a acolher nas próprias listas, pacientemente hospitalares, da «União Nacional»? Todos os oradores governamentais o proclamaram e S. Ex.ª o deu a entender: nos arraiais do Poder não se concebe outra coisa que não seja uma oposição construtiva, assim baptizada para distinguir da oposição destrutiva, que seria a praticada pelos inimigos da Situação.

Esta concessão do Sr. Presidente do Conselho não quer ele que a imputemos a mais ou menos discretas pressões externas. Ainda bem que assim foi. Também a nós, seus opositores, nos repugna que os nossos problemas internos se hajam de resolver por influência de



ENG. CUNHA LEAL

governos estrangeiros, ainda mesmo nesta época de manifesta tendência para a limitação das soberanias nacionais.

Mas uma coisa são estas influências indesejáveis e outra coisa são as fatais penetrações das correntes universais. A estas, sim, obedeceu agora, por certo, o Sr. Presidente do Conselho, como, aliás, sempre, em todos os tempos, o tem feito, com mais ou menos entusiasmo, com mais ou menos repugnância. A prova está em que, no apogeu de Hitler e Mussolini, quando tinha o retrato deste na sua mesa de trabalho, o vimos sustentar que a democracia era um regime anacrónico e condenado à subversão, ao passo que, na actualidade, se afadiga a demonstrar-nos, já sem a presença da fotografia do «Duce», que o regime político português é uma autêntica democracia, por ele crismada de orgânica.

Os conceitos de oposição construtiva e destrutiva tal como o poder os entende

—Mas qual vem a ser a diferença entre a oposição construtiva e a destrutiva?

—Todas as coisas físicas e espirituais podem ser olhadas de vários pontos de vista e os pa-

(Continua na 4.ª pag.)

«Temos a intenção

de continuar a luta do M. U. D.

para que Portugal seja de todos os portugueses»

— diz-nos o dr. Mário de Lima Alves

As eleições para deputados realizam-se depois de amanhã. A oposição, que se manifestou, em 8 de outubro, na reunião do Centro Almirante Reis, no sentido de concorrer ao acto eleitoral, desde que lhe fossem deferidas determinadas condições, concluiu por decidir a abstenção perante as urnas. A dois dias da celebração do acto eleitoral, parece-nos oportuno registar os termos e as razões da opinião que decidiu tal atitude e qual o destino que o movimento a si próprio determina. Para isso, procurámos uma troca de impressões com o sr. dr. Mário de Lima Alves, que tem sido o relator dos trabalhos promovidos pela comissão de que faz parte.

—A simplicidade e a clareza do problema proposto pela oposição ao Presidente do Conselho —começa por nos dizer— obrigou S. Ex.ª ao exaustivo trabalho de o complicar e obscurecer, visto que estava antecipadamente determinado a não lhe dar solução. Desde que alguém pudesse demonstrar que em 13 dias—que tantos foram os concedidos à oposição para se organizar e apresentar candidaturas—era possível determinar os nomes dos candidatos, obter a documentação necessária e apresentar os respectivos processos, teria justificado o não adiamento das eleições. Mas esta demonstração não se fez, nem foi, sequer, tentada. Como se não fez, nem tentou fazer a demonstração de que a fiscalização do acto eleitoral está prevista por forma a dar garantias da genuidade dos resultados.

—Na sua opinião...
—A impossibilidade de demonstrar o essencial tinha forçosamente que levar o Presidente do Conselho a substituir a «qualidade» dos argumentos pela «quantidade». E, nas suas longas entrevistas, S. Ex.ª não diz, afinal, porque não devem ser adiadas as eleições: tenta apenas convencer dos perigos da realização do acto, em termos de os resultados representarem a vontade da Nação. Nem demonstra que as eleições são livres: tenta demonstrar que as eleições livres não convêm ao país.

—Há o argumento da necessidade de se voltar a tempo a nova lei de meios...

—Eu lhe digo. As ideias que lhe deixei referir-se ao plano puramente político. No plano jurídico, entendemos que deveria S. Ex.ª ter demonstrado que se enganou quando afirmou ser correcto em puro direito constitucional convocar a Assembleia dissolvida para votar a lei de receita e despesa, o que deixa livre o funcionamento da possibilidade constitucional de adiar até seis meses a realização do acto eleitoral. S. Ex.ª não fez esta demonstração porque ela é impossível. E não é no discurso de 7 de outubro que S. Ex.ª a este respeito se enganava, mas sim na sua entrevista agora publicada.

O problema do recenseamento

Comentando o problema do recenseamento, nos termos em que foi posto, o sr. dr. Mário de Lima Alves diz-nos:

—Ao problema do deficiente recenseamento responde o sr. Presidente do Conselho com uma afirmação: estão inscritos 70 por cento mais eleitores do que em 1925, mas nenhuma conclusão se pode tirar de tal acréscimo, pelo menos porque não se diz qual a aproximação do recenseamento de 1925, qual o aumento da população durante estes últimos vinte anos e qual o aumento de cidadãos eleitores, por virtude das novas regras definidoras da capacidade eleitoral activa. O que interessa à oposição saber, até para retirar a sua reclamação se for caso disso, é a aproximação do número de cidadãos

(Continua na 11.ª pag.)

Pétain foi transferido

para a ilha D'Yeu

PARIS, 16.—Philippe Pétain, que ontem saiu da fortaleza de Pourtalet, nos Perineus, onde estivera internado desde que foi condenado à morte, e a sentença lhe foi comutada para prisão perpetua, foi transferido para outra prisão.

Embora não se tenha anunciado oficialmente o lugar para onde foi transferido, o jornal «Le Monde» diz que, foi para a ilha D'Yeu, pequena ilha a cerca de 25 quilómetros ao largo da costa francesa, entre Nantes e La Rochelle.

O motivo da transferência é que há poucas facilidades na região de Pourtalet para manter os 500 guardas de Pétain, segundo se anunciou oficialmente.—(R.).

A comissão do átomo

vai ser reduzida?

WASHINGTON, 16.—A Comissão do Atomo será provavelmente reduzida, compreendendo apenas representantes dos «5 Grandes»—Grã-Bretanha, America, Russia, França e China—e o Canadá e possivelmente mais uma ou duas nações.

Limitada ao minimo, compôr-se-ia essencialmente de técnicos para conseguir o mais rapidamente possível tratar do problema da energia atómica.—(R.).

Voto por Salazar

— diz-nos o professor de Coimbra

dr. António Gonçalves Rodrigues

depois de formular viva crítica

a alguns aspectos da situação

O sr. dr. António Gonçalves Rodrigues, professor da Faculdade de Letras de Coimbra, é uma das figuras mais brilhantes da nova geração de mestres universitários. Ainda estudante, alcançou renome no meio académico pela sua desassombrada combatividade.

Foi subsidiado pelo Instituto para a Alta Cultura, a fim de prosseguir os seus estudos na Alemanha e na Inglaterra. Exerceu o cargo de leitor na Universidade de Oxford e viveu em Londres durante parte da ultima guerra, prestando assidua colaboração nas emissões da B. B. C. para Portugal. As declarações do sr. dr. Gonçalves Rodrigues são de um espirito esclarecido e independente que se não atregimenta sob qualquer bandeira partidária.

—Confesso que sou, por temperamento e educação—diz-nos—avesso à publicidade, embora nunca tivesse ocultado as minhas opiniões políticas e religiosas. Ausências prolongadas no estrangeiro não me permitiram acompanhar, em certos aspectos, a evolução política portuguesa e por isso me faltam elementos para concretamente me pronunciar. Por outro lado, desse próprio afastamento terá resultado uma visão mais desapaixonada. Antes de mais, tenho muito gosto em confirmar o prestígio de que em Ingla-

terra goza o nome do dr. Salazar. E regozijo-me por ter podido regressar a um Portugal intacto e próspero, prsetigiado como nunca na sua dignidade. Como português, orgulhando-me acima das minhas próprias divergências, considero uma inferioridade da oposição o não proclamar o prodigioso esforço de inteligência e diplomacia que nos poupou, com honra, aos horrores da guerra. E só quem deles foi testemunha nos últimos dezoito meses do conflito os pode avaliar na sua hedionda e trágica realidade. Nisso, foram mais liberais os trabalhistas que derrubaram Churchill.

—Está então incondicionalmente com a situação?

—Incondicionalmente, não. A minha admiração pelo sr. Presidente do Conselho não é extensiva a toda a obra do Estado Novo, mas a minha atitude, que julgo ser a de muitos portugueses, ainda não veio expressa nos jornais, que eu saiba.

—E como se define essa atitude?

—Como uma colaboração... crítica, sou uma oposição... colaborante, com predomínio do elemento de colaboração, diga-se desde já. Na-

(Continua na 6.ª pag.)

Os géneros alimentícios

e os preços de venda ao público

Lisboa, que ainda há pouco não tinha batata — e quando a tinha era apenas na dose de meio quilo por pessoa — tem agora batata com factura. Para isso, bastaram dois factos: a encomenda de batata no estrangeiro e consequentes receios dos possuidores daquele produto de se verificar uma baixa nos preços.

Uma vez estabelecido o mercado livre, houve alarme, mas o público rejeitou com a decisão do sr. ministro da Economia. Conclusões a tirar: a batata começou a aparecer nas mercearias em sacas e à vista do público. Até ali, encontravam-se escondidas e era preciso o público procurar por elas. O seu preço começou por 3560 e 3550 o quilo e depois foi descendo. Não só têm batatas as mercearias como os mercados e até os lugares de hortaliças espalhados pelos bairros. Hoje, a batata já é vendida, felizmente, a 2680 e 2570. E vai baixar mais. No Norte, estão prontos a vir para o Sul cerca de 3 milhões de quilos e o primeiro barco com 2.400 a 2.500 toneladas de batata vinda da Dinamarca, já está carregado e deve sair dali amanhã e estar no Tejo entre 22 a 24 do corrente.

O segundo barco, da mesma procedência, começa a carregar depois de amanhã 2.500 a 3.000 toneladas de batata e deve estar em Lisboa dentro de 10 a 15 dias. Um terceiro barco carregará a seguir.

41.233 sacas de feijão colonial

O Grémio dos Armazenistas de Merceria, de colaboração com a Intendência, fez uma distribuição de 41.233 sacos de feijão colonial. A cidade de Lisboa, couberam, 11.530 sacos, para venda aos retalhistas, e 2.800 a Manutenção Militar; para o Porto, foram distribuídos 4.805 sacos; para a zona sul da província, 18.255; e para a zona norte, 3.843.

Os armazenistas de Lisboa que maiores quantidades receberam, com destino aos retalhistas, foram as firmas Alves Dinis & C.ª, Barata Coimbra & Silva, Lda., Companhia Industrial Portugal e Colónias e Simões & Sousa, Lda., a quem foram distribuídos, respectivamente, 2.175, 1.350, 745, e 455 sacos.

O preço deste feijão para o retalhista é de 5505 o quilo, posto em casa do comprador. O preço para o público é de 5580 o quilo ou de 4535 o litro.

A falta de ovos

Mas o que se passa com o mercado livre acerca da batata não sucede, porém, com os ovos. Tabeledos, não os havia. Com o regime livre, o mercado foi inundado. Os depósitos estão cheios e a futura já é tal que se chega a oferecê-los em casa. Mas a que preço? A 16 e a 18 escudos a dúzia e sem atender aos que são podres ou que, devido à armazenagem, não se podem aproveitar por saber a bafio.

A banha

Mas há mais. A banha não aparecia, senão por favor. Estava tabelada. Hoje, já se pode adquirir livremente, pois encontra-se em abundância nos talhos. Para isso, contribuiu o preço em toda a parte, de 24500 o quilo. Claro que o público compra agora pequenas porções — o que necessita dia a dia — visto o seu preço ser exagerado.

A manteiga

A manteiga desapareceu, apesar de o seu preço ser de 33500 o quilo. O queijo é distribuído pelos fabricantes aos revendedores em rateio e o leite também é escasso, sucedendo que, quem não tinha fornecedor não pode beber leite em casa.

A falta de transportes para a batata

VILA FRANCA DE XIRA, 14—Nesta estação, encontram-se enormes quantidades de batata para cujo transporte foram já há tempo requisitados os respectivos vagões. Estes encontram-se já aqui, mas, até agora, não houve ordem de seguirem o seu destino, pelo que o precioso tubérculo principia a deteriorar-se. Bom seria, portanto, que os vagões fossem fornecidos com maior regularidade.



PARQUE MAYER

A'S 21.30

TODAS AS NOITES, UM ESPECTÁCULO COM 30 Atracções

MANOLO BELL

e a sua formidável orquestra

MARY MERCHE-PEPITA MARCO

JOSE' PUERTAS

A Orquestra CARAVANA

No domingo: «Matinée» às 16 horas

AMANHÃ — ESTREIA de um novo programa com os conhecidos artistas: **Maria do Rosário — Sales Ribeiro — Fernando Laidley — Simone Monteiro — Nilza Moreno, etc. e um grande brinde** Distribuição a todas as senhoras dos excelentes produtos «DORLAN» — Oferta da acreditada fábrica «DORLAN».

Teatros e Cinemas

EFEMÉRIDES

1857: Nasce em Lisboa o actor Francisco Sena (Francisco Alberto da Costa Sena). Estreou-se no Trindade, a 30 de abril de 1877, na opereta «Os bandidos». Em 1882, foi contratado para o Ginásio, onde esteve até 1886, data em que foi ao Brasil, pela primeira vez, com a companhia do teatro do Príncipe Real.

Aniversários natalícios: os actores João Gaspar (retirado) e Erico Braga (Erico Maria Diller de Correia Reis e Braga).

Atrás do reposteiro

A companhia espanhola Sagi-Vela estreia-se na próxima semana no Capitólio, dando apenas uma série de doze espectáculos. São desconhecidas para Lisboa as seguintes zarzuelas: «A noite soe contigo», «Levame en tu coche», «Montbuk se va a la guerra».

—Uma das apoteoses da revista «Seguir pela esquerda», que vai entrar em ensaios no Maria Vitória, é da pintora Adelaide Lima Cruz.

—Na próxima segunda-feira, estreia-se no Lisboa Music-Hall, um programa novo, com artistas nacionais e estrangeiros.

—Erico Braga será o ensaiador da opereta «A Bonequinha do Porto», que vai ser representada no teatro Sá da Bandeira.

—Da companhia de circo que se estreia no dia 23 no Coliseu, fazem parte os malabaristas Munisock e Viana e a Troupe 6 Hermanos Moreno, que executam um «pot grourris» acrobático.

—Uma notícia de Hollywood diz que a artista Dolores del Río, conhecida dos portugueses através do cinema, vai casar no México, com o actor Arturo de Córdoba.

—Projecta-se uma nova companhia de opereta, estando já a proceder-se a uma selecção de coros.

Teatro em Espanha

A actriz Aurora Redondo tem estado doente, internada no Sanatório de Santo António, em Saragoça.

—A companhia lírica Sorozábal está a trabalhar no teatro Reina Victoria, com a peça «La eterna canción», de Fernandez Sevilla e Sorozábal.

—No teatro Barcelona, estreou-se a companhia Noleriano Leon, com a peça «Las madres sin corazón».

—No teatro Cómico de Madrid, estreou-se a companhia lírica Ino de Carvajal, com a opereta de Pílvos, «La generala».

Cinema nacional

A actriz-bailarina Linda Rosa, do elenco do Maria Vitória, foi convidada a tomar parte num nosso filme.

—Num dos seus últimos números, o periódico espanhol «Marca» dedica, acompanhado do retrato, um largo elogio ao artista cinematográfico português, António Vilar.

A alegria de Lisboa

está no espectáculo de circo que hoje se realiza no Coliseu e amanhã em «matinée»

Se preguntarem ao público qual é o seu espectáculo preferido, estamos certos que ele responderá que é o de «Circo», porque este espectáculo, além de ser a alegria de todas as idades e de todas as categorias sociais, reúne, na sua variedade, tudo o que agrada ao grande público, desde a hilaridade dos palhaços com os seus intermédios cómicos aos números de destreza física e de emoção. Por isso, o público não deixará de ir esta noite ao Coliseu e bem assim amanhã, «a matinee», às 16 horas.

Aproveitem estes últimos espectáculos de uma formidável companhia de circo.

Domingo: duas «matinées», uma às 14 horas e outra às 17 horas.

CAPITOLIO

ESPECTACULO INTEIRO às 21,30 COM A GRANDE COMPANHIA DE

CIRCO SINTÉTICO

SÓ ATÉ DOMINGO!

Malabaristas - ginastas - trapezistas - excêntricos musicais, cães, gatos, pombos, etc., etc.

16 - ATRACÇÕES - 16

2 - PARELHAS DE CLOWNS - 2

4.ª FEIRA, 21 — Estreia da Companhia de Zarzuela.



JUNTA NACIONAL DO VINHO

AVISO

Tendo-se feito constar nalguns centros vinhateiros que a Junta Nacional do Vinho tinha deliberado lançar no mercado uma parte dos vinhos adquiridos na ultima campanha, e sendo certo que nada foi determinado que pudesse admitir tal hipótese, faz-se publico que é inteiramente destituída de fundamento semelhante noticia, esclarecendo-se que, das 318 mil pipas de vinho compradas pela Junta Nacional do Vinho na referida campanha, já foram transformadas em aguardente 310 mil pipas.

Lisboa, 15 de Novembro de 1945.

PELO PRESIDENTE

a) ALFREDO LUIZ FERREIRA

VICE-PRESIDENTE

«CANARO»

A ALMA DO TANGO

ALINA, a linda e castiça argentina

CARDOZO, a voz que recorda Gardel

O mais célebre conjunto musical que tem vindo a Lisboa e que actua todas as noites, no

ESPELHO D'AGUA

GRANDE CASINO DE LISBOA.

Reserve a sua mesa pelo telefone 81068

CERVEJARIA ARTISTICA

Largo de Alcantara, 1



Hoje canta a invulgar artista **NOÉMIA CRISTINA**, **MOISÉS CAMPELOS**, **Jaime Silva** e **Henriqueta de Almeida**. Guitarradas pelos exímios **Raul Nery** e **Fernando Reis**. Entrada, 1.50.

RETIRO DOS MARIALVAS



HOJE, às 21 horas, o empresário **José Miguel**, apresenta um espectáculo com as mais variantes modalidades do seu elenco composto de 30 artistas — 30, acompanhados pela competente parilha **José Nunes** e **Miguel Ramos**. ENTRADA 1.50. Domingo grandiosa «matinée».

O momento político

A atitude dos operários das construções navais

A comissão central do Movimento de Unidade Democrática pede-nos que demos publicidade ao seguinte telegrama assinado por 1.021 operários e dirigido ao ministro da Marinha:

«Os operários das Construções Navais Distrito Lisboa receberam a indicação de V. Ex.ª para se manterem afastados de qualquer tumulto ou greve. Asseguram a V. Ex.ª que desejam o deferimento das reclamações do Centro Almirante Reis e não têm a intenção de perturbar a vida nacional. Aproveitam a oportunidade para pedir a intervenção de V. Ex.ª neste sentido».

Outras adesões

Um numeroso grupo de caixeiros democratas de Santarém enviou o seu apoio incondicional ao Movimento de Unidade Democrática.

Também um grupo de democratas de Sines enviou a sua adesão ao Movimento e enviou ao sr. Presidente da República um telegrama, com 400 assinaturas, protestando contra o facto de sido negada autorização para uma reunião naquela vila.

—Mais 157 operários das oficinas gerais da C. P., no Barreiro, manifestaram a sua solidariedade com os ferroviários que deram a sua adesão ao Movimento de Unidade Democrática.

—Na Póvoa de Santa Iria constituiu-se uma comissão de democratas, de que fazem parte Togo Batalha, em pregado fabril; Manuel Oliveira Valente, proprietário; Joaquim Mendes, comerciante; Elias Antonio Pereira, ferroviário; João Antonio Peixoto e Heitor dos Santos, empregados fabris, e Albertino Coelho, electricista.

Dr. Luiz Navarro Socorro

O sr. dr. Luiz Navarro Socorro enviou-nos, com pedido de publicação, uma carta em que responde ás afirmações do sr. tenente António Metelo e á nota da Direcção Geral da Assistência, suscitadas pela entrevista que há dias nos concedeu.

Por absoluta falta de espaço, não nos é possível inserir hoje tal carta, que publicaremos na primeira oportunidade.

O tempo que faz

SITUAÇÃO GERAL ÀS 6 HORAS T. M. G. DE HOJE:—Depressão quasi estacionária sobre a Groenlândia e centros depressionários entre os Açores e a Península.

TEMPERATURAS: Londres, 4º; Paris, 2º; Madrid, 13º; Lisboa (Monsanto), 15º.

FENOMENOS OBSERVADOS NAS ÚLTIMAS 24 HORAS:—Bom tempo na Inglaterra e na França, chuva em quasi toda a Península e aguaceiros nos Açores.

EVOLUÇÃO PREVISTA:—a depressão centrada junto da Península continuará assim, a influenciar o tempo no nosso país. Por consequência:

TEMPO PROVAVEL AMANHÃ EM PORTUGAL: Vento dos quadrantes de W muito fresco e por vezes forte, chuva com carácter de aguaceiros, trovoadas em alguns pontos. Descida de temperatura.

(Informação do Serviço Meteorológico do Exército).

Temperaturas extremas em Lisboa, hoje, até às 16 horas, segundo os registos do Observatório Infante D. Luiz: Máxima, 20º,2; mínima, 14º,5. No mesmo dia do ano passado: Máxima, 17º; mínima, 7º,4.

O PORTO pelo telefone

Traineeiras arribadas

PORTO, 16—Devido ao mau tempo no mar arribaram ao porto de Leixões duas traineeiras espanholas.

Chegou açúcar e milho

Os vapores «Mousinho» e «Congo» entraram esta manhã em Leixões com passageiros e carga. O «Mousinho» traz um importante carregamento de milho destinado ao concelho do Porto, e o «Congo» traz grande carregamento de açúcar. Além destes, entrou o petroleiro «Penteola» com gasolina e gasoil para abastecimento dos postos desta cidade.

Jogos para domingo

Não se realizam quaisquer jogos desportivos no próximo domingo, nesta cidade, devido a não poderem as autoridades fornecer para isso o habitual policiamento.

DE LUTO

Mário Mendes de Mascarenhas

Faleceu o sr. Mário Mendes de Mascarenhas, de 38 anos, antigo comerciante da nossa praça, natural de Lisboa, casado com a sr.ª D. Maria Manuela Ribeiro dos Santos Mascarenhas. O funeral, a cargo da agência «SRAFA», realiza-se amanhã, às 11 horas, da sua residência, rua Carlos Mardel, 122, 1.ª, para o cemitério Oriental.

Mário Abreu Esteves

COIMBRA, 16.—Num quarto particular do hospital da Universidade de Coimbra, faleceu o estudante Mário Abreu Esteves, de 21 anos, natural de Setúbal, para onde o cadáver vai ser transportado.

O SENSACIONAL ACONTECIMENTO!! A grande COMPANHIA DE ZARZUELA!!

SAGI VELA

o famoso divo que com êxito clamoroso tem cantado em Nova York —

Buenos Aires — Hollywood e Teatro Real de Roma

CONSIDERADO O MELHOR CANTOR DE TODA A ESPANHA

As melhores ZARZUELAS ESPANHOLAS por uma maravilhosa Companhia!!

CAPITOLIO**ESTREIA****4.ª FEIRA****21**
DE NOVEMBRO

BILHETES A VENDA



MARIA PEREIRA

Monumental

CARLOS RAMOS

Largo Mendonça e Costa, 9 a 11

NOITE POPULAR

MARIA LOUREIRO

MONUMENTAL apresenta esta noite, este magnifico e exclusivo programa, em deliciosos Fados castiços, Canções, viras, humorismo e o «dueto cómico» os Nossos Lares, da autoria do distinto poeta Neca Rafael. A pedido, solos pelos distinguidos Francisco Carvalhinho e Pais da Silva.



PRETINHAS



MADUREIRA

IRESITA PENA
Cantora sul-americana
CONCHITA MOÑOZ
GRANDE ANIMADORA
E GUITARRISTA

LABIAGA
EXIMIO SAXOFONISTA

MONTÓRIO
UM GRANDE VIOLINISTA

MANOEL SORIANO
UM FENOMENO EM CLARINETE

ROBERT CAMPOS
ALEGRE BATERISTA

GARRIDO
EXTRAORDINARIO
CONTRABAIXISTA

TEODORO PRIETO
NOTAVEL PIANISTA
DE «JAZZ» E TANGOS

ANDRÉS MOLTÓ
O MAGO DA TROMPETA

VARIEDADES 2 SESSÕES
As 20,30 e 22,45
Hoje e todas as noites
O maior acontecimento de todos os tempos, o grande êxito da revista popular

ALTO LA' COM O CHARUTO!
Com Mirita, Vasco e Alvaro Pereira
a frente de uma Grande Companhia

PEÇAM VERMOUTH
POÇAS JUNIOR

Agentes distribuidores: Pérola do Oriente, L.
Rua da Rosa, 198—Telef. 25565

INVERNO

Casacos de abaf, em tecido da moda, lisos e fantasias «Tailleurs» e vestidos, as ultimas criações

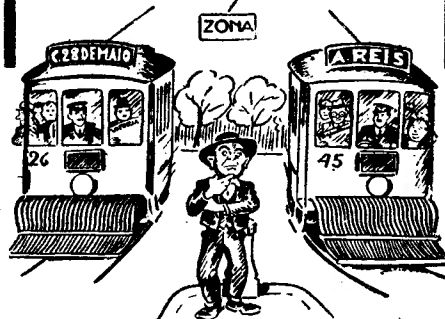
CASACOS DE PELES

Todas as qualidades, os melhores preços

PELARIA DO CARMO
81 — RUA DO CARMO, — 83

MARIA VITORIA Telefone 22746

HOJE, estreia do novo quadro em 2 SESSÕES As 20,30 e 22,45



O carro do CAMPO DE 28 DE MAIO e o carro ALMIRANTE REIS!! de flagrante oportunidade

TRINDADE HOJE às 21,45

UM EXITO ASSOMBROSO

A célebre comédia de BERNARD SHAW

Pigmalião

com LALANJE, ASSIS e ANTONIO SILVA

AVENIDA TELEFONE 27273

2 SESSÕES As 20,30 e 22,45

A opereta em 3 actos

A CASTA SUSANA

Um grande espectáculo com Irene Izidro, Estevão Amarante, Cremilda de Oliveira, Erico Braga, Eunice Muñoz, Alberto Reis e Barroso Lopes. A atracção internacional: Yvonne e Farrar

Domingo, «matinée», às 16 horas

BORDADOS e ALTA COSTURA
INVERNO 1945 e 1946
RUA DOS SAPATEIROS, 139, 3.ª-D.
LISBOA — telef. 23754

LUSO

Travessa da Queimada, 8-A

A's 21,30—Grande Sessão de Fados, com os queridos artistas: Natividade Pereira, Alice de Oliveira, Augusto Pereira. Acompanhamentos por Casimiro Ramos e Martinho de Assunção.

2.ª eliminatória do Concurso do Outono, com representantes dos bairros da Graça, Arroios, Bica, Bairro Alto e Campo de Ourique.

DR. MIGUEL DE MAGALHÃES
Monitor da clinica de Necker—Paris
RINS, vias urinarias—Venero—Sífilis
C. Nova de S. Domingos, 9, 1.ª, às 15 horas
Telefone 2 9062

O dancing mais animado e selecto de Lisboa.

MANOLO BELL

e a sua orquestra

MARY MERCHE, a querida vedeta de «jazz»

PEPITA MARCO, bailarina de classe

JOSÉ PUERTAS

A Orquestra CARAVANA

Na próxima semana estreia de novos elementos

Amanhã—Distribuição a todas as senhoras dos excelentes rodutos «DORLAN» — Oferta da acreditada fabrica «DORLAN».

OLIMPIA CLUB

HOJE, O GRANDE ACONTECIMENTO ARTISTICO

ESTREIA DO SENSACIONAL BALLET

LAS SIETE SUEVIA GIRLS

O mais extraordinário número que tem vindo a Portugal!!

CRISTAL

HOJE BAR DANCING DA MODA às 23 horas

O melhor programa de atracções internacionais com

ROSITA MONTAÑA

VICENTITA FRUTOS - MARI SOL - LILI FRANCE - VERA FREY - MANOLITA CONDE
e as Orquestras portuguesas SOUSA PINTO e CRISTAL
DOMINGO, 18, às 17 horas: CHA-DANÇANTE - VARIEDADES

ARCADIA

O DANCING N.º 1 DA CAPITAL

3 GRANDES E FORMIDAVEIS EXITOS INTERNACIONAIS

A famosa orquestra espanhola GEA Y LOS TROVADORES

A parolha de baile clássico ROCIO Y CESAR

As notáveis e aplaudidas artistas HERMANAS APARICIO

MERY-MELY — AS SETE DIABOLINAS — ISABELITA DE AROSA — PAQUITA GUEL

ORQUESTRA **ARCADIA** com o vocalista JOÃO VALÉRIO

3. SEMANA
Tempestade mortal
com James Stewart, Margaret Sullivan, Robert Young e Frank Morgan

EDEN

ESTREIA
O amanhã é nosso
com Alland Lado, Loreta Young e Susan Hayward

A's 21,30

Telef. 2 0768

«Matinées» diárias

O DEON**PAIRA A MORTE**

A's 21 e 30

PALACIO

SÔBRE OS PÂNTANOS

A's 21 e 30

com James Mason, Wilfrid Lawson e Mary Clare

GINÁSIO

A's 21 e 30
4.ª semana
O lago dos sonhos
cm Agfacolor, com Kristina Soberbaum

Telef. 20556

LYS**Ambição**

Tel. 48560

A's 21 e 15

O vale dos gigantes**TIVOLI**

2.ª SEMANA
AS CHAVES DO REINO

A's 21 e 30

TELEF. 50593

com Thomas Mitchell, Vincent Price e Roddy McDowall

TELEFONE 26305

Politeama

2.ª semana
SOL DE SANGUE
com Margo e Tom Neal
um combate entre um «boxeur» e um campeão de «jiu-jitsu»

HOJE ÀS 21,30

A's 21 e 15

CONDES**SAHARA**

A's 21 e 30

Telef. 22253

com Hemphrey Bogart, Bruce Bermet e J. Carrol Naish

A's 21 e 15

REX

Serenata boémia
A sedutora aventureira

Telef. 29656

A's 21 e 15

TERRASSE

Ambição
O VALE DOS GIGANTES

Telef. 20917

A's 21 e 15

CASINO

Encontro na França
com Joan Crawford

ESTORIL

A's 21 e 30

O MOMENTO POLITICO

As declarações do eng. Cunha Leal

Continuação da 1.ª pag.

nomas que se observam diferem por via de regra. Se uma esfera tiver dois hemisférios pintados de um branco, e outro de preto, e houver dois observadores, um governamental, o outro opositorista, o governamental, por exemplo, dirá que a esfera está pintada de branco e, nesse caso, o opositorista sustentará que está pintada de preto. Essa oposição será construtiva por enunciar uma verdade opositorista que é o complemento necessário da verdade governamental.

O Poder, se tiver consciência e não tiver sectarismo, deve aproveitar aquela observação do seu opositor para se elevar do conhecimento duma verdade parcial ao conhecimento de uma verdade, nessa hipótese, global. Compreende-se assim que, por enunciar, em regra, verdades complementares, o chefe da oposição de Sua Majestade Britânica receba do Estado inglês o ordenado anual, nada despendendo, de 2.000 libras, sem que, por isso, ninguém ouse acusá-lo de imoral ou de vendido.

Oposição destrutiva é aquela em que o observador, colocado no ponto de vista opositorista, falseia os resultados da sua observação, deliberadamente ou por incapacidade orgânica ou espiritual para o desempenho dessa missão.

—Como se aplicam esses conceitos genéricos no caso especial da política portuguesa?

—O Sr. Presidente do Conselho, para deduzir as suas conclusões políticas, parte de duas premissas fundamentais: 1.ª que a sua obra, global ou parcialmente encaráda, é perfeita como as obras de Deus; 2.ª que todos os seus adversários lhe fazem uma oposição destrutiva. Imaginemos, porém, que, na realidade, muitos deles se limitam a enunciar com toda a probabilidade os resultados da sua observação conscienciosa, e que, ao invés, o apaixonado é Sua Ex.ª que não consente que as afirmações não similares das suas encerrem o mais pequeno resquício de verdade. Então, a oposição será por ele, logicamente, com a lógica de posição em que se situa, classificada de destrutiva, não porque ela não enuncie observações susceptíveis de melhorar a orgânica e o funcionamento do Estado, mas porque o detentor do Poder Público não concebe um mundo multifâmico e variado e quer, a viva força, que, visto de frente ou de trás, do lado direito ou do esquerdo, do direito ou do avesso, ofereça sempre o mesmo panorama.

Dentro do seu critério de detentor da verdade absoluta, só há, para o Sr. Presidente do Conselho, uma oposição ilicita. Se bem que não desejável: aquela que se limite a tímidos reparos de forma, que não tenham a pretensão de atingir a substância íntima daquela verdade.

O país aprendeu a calcular o preço por que tem pago os melhoramentos e obras sumptuárias

—Qual é, na opinião de V. Ex.ª, a explicação desse facto?

—Filia-se, quanto a mim, numa predisposição espiritual, amplificada pelo endeusamento com que têm exaltado o Sr. Presidente do Conselho admiradores ingenuos ou interessados. Para o convencimento de que o país está a seu lado, o côro dos louvaminheiros não tem tido descanso. Multidões, submetidas pela necessidade inelutável de viver a potências económicas ou organismos corporativos, têm sido trazidos, de vários pontos do país, ao burgo lisboeta para gritarem: Salazar! Salazar! Salazar! Não admira que este se deixasse influenciar por uma cenografia paga com os dinheiros públicos e se julgasse em plena segurança ideológica ao abrir, recentemente, uma nesga de porta por onde pudesse infiltrar-se um tímido e racionalizado bafo de liberdade.

Indizível deve ter sido o seu espanto ao verificar que a maioria das «élites» do país—professores, médicos, engenheiros, advogados, contabilistas, comerciantes, industriais, agricultores, operários especializados—estava contra ele, contra a sua Obra, tão perfeita, em seu entender, como as obras de Deus!

—V. Ex.ª pensa que, sob esse aspecto, resultou algum benefício da revelação da existência duma oposição ao Estado Novo?

—Pela primeira vez, certamente, o Sr. Presidente do Conselho terá compreendido que o país aprendeu a calcular o preço por que teve de pagar aqueles melhoramentos e obras sumptuárias e a cotéjá-lo com a sua realidade. E, decerto, percebeu que, ainda quando o balanço não resultasse, como, de facto, resultou, em prejuízo, a obra de Salazar.

sulta, desfavorável para o Estado Novo, o país não se sentiria compensado, por quaisquer benefícios materiais, da privação daquele mínimo de liberdade, como nós dizemos, ou de liberdades, como diz Sua Ex.ª, sem o qual desaparece da face da Terra toda a alegria de viver e os homens se sentem degradados à categoria de animais que, ávidamente, agardam as migalhas que tombam da mesa dos senhores.

E o nosso entrevistado completa, assim, o seu raciocínio:

—Na realidade, o Sr. Presidente do Conselho não quer, nem sabe trabalhar senão quando nas ruas reina um pávido silêncio e ninguém discute os frutos do seu labor. O equilíbrio financeiro, económico, político, social e espiritual de um todo não deve resultar, para ele, da compensação dos desequilíbrios das diversas partes. Cada uma destas, considerada isoladamente, deve encontrar-se em equilíbrio perfeito. Ora este equilíbrio não é o da vida: é o da morte. Para o Sr. Dr. Oliveira Salazar, as sociedades ideais são os cemitérios. E que os mortos têm uma produção igual ao consumo, uma exportação igual à importação e nunca reclamam, nem murmuram.

«Vendo-se agora a braços com uma oposição cuja cordura e correção roçam pelos limites do heroico, e que, na sua própria expressão, não quis dar razões ou pretextos para excitações governamentais, foi dos arraiais do Governo que, inesperadamente, saíram os mais duros e tendentes ataques aos heresiarcas, que se atreveram a dizer que não concordam com o existente. Essa indignação contagiou o Sr. Presidente do Conselho, que se julgou no dever de vir esclarecer a opinião pública com as suas entrevistas.

Os democratas portugueses sabem que emquanto perdurar o Estado inglês haverá na Europa um facho de liberdade

Fazemos uma pausa na entrevista. O nosso entrevistado propõe-se acompanhar as afirmações contidas nas entrevistas do Sr. Presidente do Conselho apreciando-as com a sua habitual vivacidade que os anos não extinguiram. E as suas primeiras declarações são, a esse respeito, referidas naturalmente à nossa política externa durante os anos que a segunda conflagração mundial preencheu.

—Qual é a esse respeito a posição de V. Ex.ª?—preguntámos.

—Antes de a definir, permita-me que, sem qualquer descortesia, considere a posição em que, nas suas entrevistas, se colocou o Sr. Presidente do Conselho, S. Ex.ª afirmou, em resumo, o seguinte:

1.ª—que, no decorrer do conflito, os adversários da situação faziam votos pela vitória britânica por imaginarem que ela «lhes traria, imediatamente, a vitória pessoal ou a vitória das suas ideias políticas», ao passo que no campo governamental, havia quem, «erradamente, mas de boa fé, pensasse que a derrota da Alemanha poderia interromper, pela confusão que muitos faziam entre a causa dos aliados e a sua própria causa, a marcha da Revolução Nacional»;

2.ª—que o Governo português se pôs, desde a primeira hora, ao lado da Inglaterra, através duma neutralidade colaborante, pelas razões seguintes—certa afinidade de constituição imperial, o facto de os dois países serem nações atlânticas e marítimas e o velho tratado de aliança existente entre eles;

3.ª—que a Alemanha não ignorava a nossa posição e que talvez fosse exacta a afirmação de Goering de que Hitler não se teria resolvido a atacar Gibraltar, porque, para isso, teria de passar por cima da neutralidade portuguesa»;

4.ª—que na primeira fase do conflito ele, Oliveira Salazar, acreditara na vitória do Eixo.

Depois de resumir as afirmações do Chefe do Governo, o nosso entrevistado iniciou, assim, a sua apreciação:

—Não nego, porque nunca fui hipócrita, que nos arraiais opositoristas houvesse a esperança de que a derrota dos Estados fascista e nazista pudesse acarretar a subversão, próxima ou remota, dos Estados totalitários e seus afins. Mas não seria necessário esse aliciente para que o país republicano fizesse os mais ardentes votos pela vitória da Inglaterra. Na guerra anterior, o governo republicano pôs-se, desde a primeira hora, incondicionalmente, ao lado duma Grã-Bretanha que, nessa época, se batia menos vincadamente do que a partir de 1939, por ideais do que por interesses. Para tanto, bastaram aos republicanos aquelas razões invocadas pelo dr. Oliveira Salazar e só, secundariamente, influíram no seu espírito a certeza de que, enquanto perdurar o Estado inglês, não se apagaria na Europa o facho da Liberdade e da Democracia.

Mas, já no campo oposto muitos se esqueceram dos superiores interesses nacionais para se lembrarem apenas do seu interesse partidário, melhor servido. Segundo pensavam, com a vitória das armas teutónicas a Agor, o Sr. Presidente do Conselho renega as suas razões. Melhor fora, para fugir à acusação de oportu-

nista, que as tivesse renegado quando era incerta a vitória das Nações Unidas.

Para formar um juízo definitivo deve aguardar-se a publicação dum Livro Branco sobre Timor e que o Banco de Portugal dê a conhecer a composição das suas disponibilidades

—Mas quais foram, na opinião de V. Ex.ª, as verdadeiras razões que determinaram a evolução da nossa política externa durante a guerra?

—Ficamos agora sabendo que o sr. dr. Oliveira Salazar praticou, desde o começo da guerra, uma neutralidade colaborante que nos iludiu a nós anglofilos, e aos próprios alemães. Nem de outra forma se explica que Hitler se não tivesse resolvido a atacar Gibraltar só para «passar por cima da neutralidade portuguesa». Sem ofensa para o Exército português, não dispunha ele, nessa época, de elementos materiais que o pudessem tornar um factor importante nos prontos gigantescos que se travavam. O motivo da abstenção hitleriana só pode ter sido, logicamente, um: Hitler contaria com uma perfeita compreensão do Portugal governamental para o seu ponto de vista e extrairia mais vantagens da sua neutralidade do que da sua transformação em campo de batalha.

Iludiu-nos—e bem—, repito, o sr. dr. Oliveira Salazar. Quando de Portugal saíram para a Alemanha o volfrâmio, o estanho, as conservas e os porcos, quando a Censura era mais rigorosa para as «Nações Unidas» do que para as do «Eixo», quando o Sr. Presidente do Conselho, altivamente e muito bem, protestava a propósito do ataque australiano e holandês contra Timor e baixava de tom para lamentar a repetição do facto pelos japoneses, quando Timor, antes disso, era deixada sem guarnição militar e os Açores estavam plebiscitariamente soldados, quando a nossa circulação fiduciária crescia pavorosamente e, com ela, o custo de vida e nós ligávamos, logicamente, o facto à política de dispensa de coberturas para aquisição da nossa produção pelos dois grupos beligerantes, andávamos, positivamente, a ser enganados pelos maquiavelismos do nosso ministro dos Estrangeiros.

Que culpa temos de o ter julgado mal se propositalmente, nos quis induzir em erro? Que culpa temos de não compreender Maquiavel? E não será que aguardamos agora a publicação de um «Livro Branco» sobre Timor e a concessão de bases nos Açores, que aguardemos a hora em que o Banco de Portugal dê a conhecer a composição das suas disponibilidades em moeda estrangeira, tanto as compreendidas na rubrica «Reserva Monetária» como as colocadas fora dela, para procedermos à rectificação definitiva dos nossos juízos?

Os Maquiaveis provocam nos ingenuos, como eu, uma desconfinça natural. Será o Sr. Presidente do Conselho capaz de a compreender e não a achar ofensiva da sua alta personalidade? Oxalá que assim seja.

As diferenças que realmente existem entre o Estado Novo português e os sistemas totalitários

A entrevista muda de rumo. O nosso entrevistado passa a avaliar aquilo que, ao entrevistado do Sr. Presidente do Conselho, se considera supostas afinidades ideológicas entre o Estado Novo português, o fascismo e o nazismo.

O pensamento actual do sr. Presidente do Conselho, sobre esta matéria—diz mesmo Cunha Leal—, pode, sumariamente, reduzir-se a estas afirmações fundamentais:

1.ª—«As semelhanças» entre o Estado Novo e os Estados totalitários «eram apenas formais: Prestígio e reforço da autoridade, defesa intransigente da ordem como base de uma obra séria de reconstrução, unidade nacional, em vez de fragmentação partidária».

2.ª—Mas, «se fizermos, diz-nos S. Ex.ª exame filosófico, profundo, do «fascismo, nazismo e Estado Novo português, chegaremos, inevitavelmente, à conclusão de que não só não há afinidades ideológicas entre esses regimes e o nosso como se podem considerar antipodas», por isso que nos dois primeiros há «o endeusamento do Estado», ao passo que o terceiro «está cheio de limitações, de casos de consciência e respeito, antes de mais nada, a liberdade e a dignidade da pessoa humana».

O nosso entrevistado continua assim a sua análise:

—Para se poder ajuizar da razão destes asserções, comecemos por definir as características essenciais dos Estados Totalitários. Um exame imparcial permite-nos reduzi-las a cinco:

1.ª Nos Estados Totalitários, todos os Poderes se concentram nas mãos de um só homem, muito embora, nominalmente, se possa situar acima dele uma autoridade simbólica—caso do fascismo, ficção que, so caso do nazismo, havia sido posta de banda como inútil.

2.ª Por necessidades imperativas de divisão do trabalho, esses Poderes, têm, em grande parte, de ser transferidos para órgãos secundários, individuais ou colectivos, mas, nessa transfe-

rencia, fica, implícita ou explícita a subordinação absoluta do mandatário ao mandante.

3.ª Os Estados Totalitários, quer se alicercem sobre as vontades concordantes duma maioria nacional, quer resultem do assalto feliz ao Poder de uma minoria dinâmica, pretendem sempre representar a massa integral da nação, o que, logicamente os leva a considerar os opositores como a anti-nação, que é preciso suprimir, a bem ou a mal, caindo-se assim no sistema do «Partido Unico», na espionagem de vidas e consciências com o fortalecimento correlativo da Censura e da Polícia Política, no alargamento da noção de crime político e intensificação das suas penalidades preventivas e repressivas, no regime dos castigos corporais e dos campos de concentração.

4.ª Como consequência lógica chega-se à concepção de que o Estado, entidade abstracta, é a única realidade concreta, sem nada, acima dele, que lhe limite os Poderes e a acção, e de que os indivíduos, realidades tangíveis, são entidades abstractas, com que só há que contar na medida em que se dispõem a servir, incondicionalmente, o Estado. E' o que pode chamar-se, a par duma encarnação, uma desencarnação.

5.ª Como o Estado, que é um conjunto de Poderes, os concentra nas mãos de um só homem, sucede que ao endeusamento do Estado terá de corresponder, forçosamente, o endeusamento do Chefe.

«Que o advento do Chefe tenha derivado duma conquista democrática do aparelho do Estado, como Hitler, ou de um golpe de força, a marcha sobre Roma, como com Mussolini, não importa. Em ambos os casos, por um processo democrático ulterior, chegou-se à implantação duma Constituição absurda a qual aniquila o Poder legal que lhe dera origem.

—Como aplica V. Ex.ª essas premissas ao actual clima político português?

—Para tirar a conclusão de que o Estado Novo português não é um regime totalitário, não basta, pois, o argumento falacioso de que ele se rege por uma Constituição com órgãos Executivo, Legislativo e Judicial. A mesma coisa acontecia com o fascismo e o nazismo, sem que, por isso, estes se lembrassem de sacudir a acusação de totalitarismo.

«Aquelas características que não são formais, mas viscerais, concorrem para Estado Português. Como no fascismo, temos um poder moderador que nunca pode ter indicações oficiais para afastar o verdadeiro chefe—o Presidente do Conselho. Cá, como no fascismo e no nazismo. Todos os poderes se concentram, objectivamente, nas mãos deste (os próprios ministros—como se verifica com a leitura das entrevistas do sr. dr. Oliveira Salazar—carecem de aguardar, às vezes uma semana para serem recebidos). Cá, como naqueles regimes, considera-se anti-nação a parcela da Nação que discorda da orgânica do Estado. E, como consequência, não nos faltam o «Partido Unico», a Censura, a hipertrofia da Polícia Política, o empolamento do conceito de crime político e das correlativas penalidades, os castigos corporais e os campos de concentração.

«Quais são, pois—pregunta o nosso entrevistado—sem exageros críticos ou passionais, as diferenças entre fascismo e nazismo, por um lado, e «Estado Novo», por outro? Na parte repressiva, mercê de Deus, faz-se sentir um pouco a amenidade dos nossos costumes, a doçura ingênita da alma nacional, embora pervertida por exemplos alheios e pela própria essência do regime. O que não quer dizer que não seja minimizar, em excesso, os castigos corporais reduzi-los, por erro de informação, à categoria

(Continua na pag. seguinte)

Deslumbrante passagem de modelos do «atelier» Padua Gonçalves

Nunhum ambiente, verdadeiramente aristocrático, realizou-se ontem, nos salões da Casa Avenar, uma passagem de modelos do bem conhecido «atelier» Padua Gonçalves. Os modelos apresentados deixaram na selecta assistência a melhor das impressões, não só pelo bom gosto revelado na sua escolha e confecção mas ainda pelo esmero e arte que foram postos na sua execução.

A beleza, originalidade e requitada distinção dos chapéus «Julietta» que igualmente aí foram exibidos, causaram grande sensação na escolhida e numerosa assistência.

Niagara

Será o bom companheiro do seu café.

PELES
e
CONFECCOES
CASA ANÃO
RUA DOS FANQUEIROS, 376-2.º

O MOMENTO POLITICO

As declarações do eng. Cunha Leal

(Continuação da pag. anterior)

de simples safanões e dulcificar, desmedidamente, o campo de concentração do Tarrafal, equiparar-lo, ainda por erro de informação, a uma idílica Colónia Penal. «Esti modus in rebus!»

Mas o sr. dr. Oliveira Salazar aponta, sobretudo, como carácter distintivo do nosso regime político, o não endeusamento do Estado, que «respeita, antes de mais nada, a liberdade e a dignidade da pessoa humana». Na Constituição de 1933, preceitua-se, de facto, que os direitos do Estado são limitados pela obediência às regras superiores da moral cristã. Simplesmente, isto não passa de mera afirmação verbal sem conteúdo prático. A moral cristã, é uma moral sadia, que manda respeitar os vencidos, ser caritativo e bondoso para com toda a gente, amar o próximo como a nós mesmos. Será assim que terá procedido, normalmente, o «Estado Novo» português? Só por farisaísmo se poderia responder afirmativamente a esta pergunta.

Não ouso o sr. dr. Oliveira Salazar asseverar que o «Estado Novo» respeita os indivíduos, mas que respeita as pessoas humanas. O que é, juridicamente, uma pessoa? É um indivíduo portador dos direitos que o Estado lhe confere. Se o Estado nenhum direitos lhe atribui, fica sem ter nada que respeitar...

A interpretação dos conceitos de liberdade e de liberdades dada na interpretação do sr. Presidente do Conselho não se ajusta às realidades

—Que pensa V. Ex.^a da diferença estabelecida nas entrevistas concedidas pelo sr. Presidente do Conselho entre o conceito de liberdade e o conceito de liberdades?

—Os ouvidos do sr. dr. Oliveira Salazar, respondendo-nos o nosso entrevistado, dificilmente suportam os gritos de «liberdade» que, segundo ele, «não correspondem a nenhuma realidade». «O que existe, de facto—diz-nos, Sua Ex.^a—são liberdades definidas por lei, mais amplas ou mais restritas, conforme a doutrina dos regimes, a educação do povo, a sua capacidade de as utilizar em benefício próprio e sem prejuízo alheio: liberdade religiosa, liberdade de pensamento, liberdade de imprensa, liberdade de reunião e associação, liberdade de comércio, de estabelecimento de indústrias, liberdade de trabalho, liberdade cambial». E acrescenta que «isto são liberdades concretas que a lei reconhece para definir, isto é, para limitar ou condicionar» e que «a outra, a liberdade abstracta, não se sabe em política o que seja e nada se pode resolver com ela, construir sobre ela».

Há que agradecer ao sr. Presidente do Conselho a lição magistral. Pelo facto de ter uma educação matemática, peço vénia a Sua Ex.^a para, por meu turno, pretender dar-lhe uma lição. O numero de liberdades concretas é infinito e entre elas se conta a do «bom Democrata» que ria do que a nós nos causa dor». Cada uma representa um diferencial cujo integral ou somatório é a liberdade abstracta, que provoca o desdém do sr. dr. Oliveira Salazar. Não por isso deixa de ter um significado filosófico profundo. Quando o povo, que faz filosofia como o sr. Jourdain fazia prosa, sem o saber, sente que este somatório ou integral se reduz a uma quantidade insignificante, em vez de se pôr a gritar «viva a liberdade a, a liberdade b, a liberdade c», conclama apenas «viva a liberdade!» com uma lógica que, ao que parece, o sr. dr. Oliveira Salazar desconhece. Se eu fosse

ainda hoje o reitor, que, em tempos fui, de S. Ex.^a, afoitava-me a chamá-lo a razão! Nesta coisa de liberdade, entende mais o povo do que Sua Ex.^a...

Em resumo! com o grito indiscreto, não pretendemos significar a Sua Ex.^a que não tem o direito de condenar o povo português a uma menoridade perpétua. Não desconhecemos que as liberdades nunca podem deixar de ser condicionadas, dada a interdependência dos homens em sociedade. Dai até à sua quase extinção vai uma distancia colossal. Nos ultimos anos a liberdade de imprensa, de pensamento, de reunião, de associação, etc. foram praticamente inexistentes.

E agora que, bem explicadas as coisas, o sr. dr. Oliveira Salazar já compreendeu decerto o alcance da petição popular expressa no grito que lhe causou tanta surpresa, é de esperar que do alto da sua omnipotência a defira, tão modesta, no fundo, ela é.

Segundo as estatísticas oficiais, o custo da vida elevou-se mais de que o aumento de salários e vencimentos

Abre-se agora um novo capítulo na entrevista. —Que fundamento há na afirmação feita nas entrevistas do sr. Presidente do Conselho de que, embora baixo, o nível de vida do povo português é mais alto do que em 1926?

—A minha discordância com essa afirmação creio que se justifica amplamente, diz-nos o nosso entrevistado. Desde aquele ano distante até agora o custo de vida, segundo as próprias estatísticas oficiais, elevou-se de modo mais sensível do que o acréscimo dos salários e vencimentos. Não sei, por isso, em que se estriba o sr. Presidente do Conselho para falar assim.

Na realidade, a miséria do povo tem-se acentuado, em vez de se atenuar. É certo que, por intermédio da mecânica do regime corporativo, se estabeleceram, em sucessivos contratos colectivos, o princípio salutar do salário mínimo. Mas ter-se-á, porventura, fixado esse mínimo numa altura que permita às classes pretensamente beneficiadas um nível de vida compatível com a dignidade humana ou, ao menos, susceptível de sustar o «processo» de depauperamento físico do povo português? Não será verdade que se tem aumentado em certas indústrias os salários do pessoal, mas se tem consentido, ao mesmo tempo, a modificação das categorias do mesmo pessoal, de modo que, no final, fica tudo, praticamente, na mesma?

Eu sei que a melhoria das condições de vida da nossa gente depende sobretudo do aumento da produção nacional. Mas não será, embora em menor escala, igualmente, um problema de distribuição? Que tem feito o «Estado Novo», insaciável sanguessuga dos recursos nacionais, para se atingir entre nós um grau mais elevado de justiça social?

E ataca-se o corporativismo português não só na sua essência, mas ainda por virtude das funções ocasionais que a guerra projectou sobre ele. O estudo deste aspecto do problema nacional bastaria para preencher não sei quantas entrevistas e conferências. Não pode caber apenas nesta. Mas não deixarei, de asseverar, sumariamente, que a acção, durante a guerra, do regime corporativo concorreu, extraordinariamente, para o aumento do custo da vida e que muitos dos seus dirigentes mereciam ser levados ao Tribunal Militar Especial para responderem por delitos anti-económicos.

Não é possível formular qualquer programa logo em seguida a um período prolongado em que toda a actividade política esteve suspensa

—Que fundamento encontra V. Ex.^a na acusação de que a oposição não tem um programa político?

—Os acusadores publicos da oposição, responde o nosso entrevistado, são admiráveis de lógica. O que vem a ser um programa? É um conjunto de ideias médias aceites pela totalidade dos membros duma organização política. Não pode nunca ser o complexo de ideias dos indivíduos, mas o fruto de uma transigência ou transacção ideológica entre todos. O «Estado Novo», há longos anos vem proibindo, sistematicamente, sob pena de sanções policiais, as reuniões políticas, publicas ou particulares. Não tem permitido sequer a enunciação e defesa de ideários políticos adversos aos seus. Não tem, por conseguinte, deixado formar ideias médias. E vem agora acusar-nos de carencia de organização e programa; sem nos dar tempo a fazer aquela e a criar os indispensáveis núcleos de atracção no caos das ideias individuais.

—A esse respeito qual tem sido a função de V. Ex.^a?

—Já em 1932, num livro intitulado *Ditadura, Democracia ou Comunismo?*—que publiquei na Coruña, propus aos meus correligionários da «União Liberal Republicana» a adopção de um novo programa político que ficou constituindo a 2.^a parte daquele trabalho. É claro que, esse programa careceria hoje de certas correcções e actualizações. Mas, em suma, não é sobre a

minha cabeça que pode cair o reparo governamental.

Estou perfeitamente á vontade para dizer ao sr. dr. Oliveira Salazar e aos seus amigos que não sejam apressados. Chegaremos á enunciação de programas. Só haveria pressa se Sua Ex.^a estivesse apostado em entregar o Poder depois dumas eleições livres, no caso de as perder. Mas nem Sua Ex.^a as manda fazer em plena liberdade, nem, se os adversários as ganhassem, ele se resolveria a depôr o Poder nas mãos dos seus adversários. É essa a unica conclusão que podemos tirar das suas entrevistas.

—Que pensa V. Ex.^a das alusões frequentemente feitas á existência dum perigo comunista?

—O sr. Presidente do Conselho declara que rejeia os efeitos de poder aliciente do seu ideal.

Não sou comunista, nem por temperamento, nem por ideias. Mas entendo que só se pode travar a sua marcha se os dirigentes do Estado souberem realizar uma politica fecunda de desproletarização e segurança social. Devido a isso, não tem medrado o comunismo entre os povos anglo-saxões. Para tanto não se tornou necessário criar um Estado policial nem apelar para a intervenção da Força Publica.

A atitude gélida da oposição deu tempo aos animos situacionistas para se levantarem e inverterem as posições

Iniciamos em seguida, um capítulo novo na entrevista.

—Como considera V. Ex.^a as reivindicações formuladas pela oposição?

—Tiveram os republicanos, que o acaso e os seus méritos puseram á frente do movimento oposicionista, inteira razão quando reclamaram, ao abrigo do § unico do art.º 87.º da Constituição, o alongamento excepcional de 6 meses para o prazo decorrente entre a dissolução da Assembleia Nacional e a realização das novas eleições. A ser deferida a sua pretensão, haveria tempo para a realização de um recenseamento eleitoral que não falseasse os resultados da consulta ao país. Tiveram ainda motivos mais do que sobrados para exigir garantias de fiscalização para o acto eleitoral, cujo apuramento repousa sobre a boa fé de delegados, directos ou indirectos dos Poderes Publicos, que são parte interessada.

Essas reclamações fizeram-se e tinham que fazer-se, embora se conhecesse, antecipadamente, a resposta. O «Estado Novo», por instinto de conservação, não se arriscaria a decidir a sorte do regime na próxima batalha eleitoral. Sentiu-se-lhe na obrigação de se defender com um recenseamento feito *ad hoc* e com a preparação dos adversários. Nunca poderia querer eleições livres como na livre Inglaterra, mas como na Bulgária, na Roménia ou na Grécia.

—Mas concorda V. Ex.^a com a tactica seguida, depois disso, pelo movimento oposicionista?

—Em democracia, responde-nos o nosso entrevistado, as discordancias não afectam a continuidade de um regime. Se alguns se sentirem feridos no campo republicano com a minha discordancia, a esse respeito, isso só provará que não foi de balde que tem pesado sobre nós os ultimos 20 anos.

—Vou, por isso expor-lhe, concretamente, o que penso a esse respeito:

—A retumbancia das nossas reclamações e a sua ingavel justiça retirariam ao Governo a autoridade moral quando viesse o seu fatal indeferimento, o que não seria indifferente. Para que, se não desse aos partidários do Estado Novo tempo para se refazerem, se tornava necessário não parar. As pausas, em politica conduzem ao enfraquecimento, quando não á morte.

Tudo aconselha que se formassem «equipes» de politicos e técnicos para irem, em conferencias, pelo país fora fazer a análise da obra do Estado Novo em todos os seus aspectos, análise que, sendo justa e severa, não excluiria a possibilidade de dizer bem, quando os aspectos fragmentários dessa obra merecessem o nosso aplauso. Com esses homens constituir-se-iam listas de candidatos que seriam apresentados ao sufrágio com declaração solene de que iamos travar uma batalha eleitoral em condições que não garantiam a formação duma Assembleia Nacional representativa da vontade do país. Mas explicar-se-ia, também, que bastava que fosse eleita uma duzia de deputados oposicionistas para que o panorama politico português se modificasse fundamentalmente. Dir-se-ia ao país que as Causas não vingam através da inacção, mas da acção.

—Em vés disso que fez a oposição?

—Os dirigentes do movimento republicano houveram por bem confinar-se na zona etérea dos princípios. Não concorreriam, sem adiamento ao acto eleitoral. Já isto não seria pouco. Foram, porém, mais longe. Embora, sabendo que se arriscavam a quebrar o entusiasmo popular, resolveram experimentar o grau de disciplina dos seus correligionários, para o que ordenaram a suspensão, por longo prazo, das reuniões publicas dos oposicionistas.

O sr. dr. Oliveira Salazar resolvera conceder-

nos a ressurreição do direito de reunião pelo espaço de 40 dias. Nós devolvemos-lhe metade desse periodo. Frios como gelo—é neste estado que se pretendia pôr os republicanos. Não residirá neste raciocínio, no repúdio do papel necessário da emoção na politica a melhor tentativa de justificação da atitude do «Estado Novo», ao privar-nos do direito de reunião e de outros direitos? A atitude gélida da oposição deu tempo aos animos situacionistas para se levantarem e inverterem as posições: enquanto os oposicionistas não os atacavam, os governamentais deram em malhar náves como em cenho verde. «Assim se fazem as coisas!» como dizia a Inês Pereira da farsa vicentina.

Se o sr. Presidente do Conselho resignasse as suas funções a força publica continuaria a assegurar a ordem

A entrevista vai terminar. Que pensa o nosso entrevistado das afirmações frequentemente feitas de que á oposição falta capacidade governativa e de que o Poder cairia eventualmente na rua?

—De facto é frequente vermos feita a afirmação de que á oposição falta capacidade governativa só porque não falta a obra do Estado Novo. Nessa obra há, segundo se afirma nas entrevistas do sr. dr. Oliveira Salazar, imperfeições, mas só nos sectores do corporativismo e da assistência, os quais não estiveram sob a sua alçada directa. O sr. Presidente do Conselho não gosta do regime de partidos porque estes prejudicam a actividade governativa. Não pode abandonar o poder, como desejaria, porque nessa hipótese ele acabaria por cair na rua.

«No sr. dr. Oliveira Salazar admiro a confiança em si próprio e a tenacidade e vontade inquebrantáveis, que é pena terem sido postas ao serviço de uma causa ruim. Mas com as suas palavras faz, salvo o devido respeito, uma injuria grave ao Chefe do Estado e á força publica. Quem, durante a vigência do Estado Novo, tem defendido a ordem, que todos desejamos ver assegurada, é a força publica. Se o sr. dr. Oliveira Salazar resignasse as suas funções, o poder cairia nas mãos do sr. Presidente da Republica e destas passaria para as de quem ele houvesse por bem designar. A força publica continuaria, inmutavelmente, a defender a ordem».

E o sr. Cunha Leal concluiu, assim, as suas declarações, sobre o momento politico:

—Na realidade, o sr. dr. Oliveira Salazar parece, ao que se deduz das suas entrevistas, inadaptável ás realidades politicas dos tempos que se avizinhavam. Já constitue hoje um estorvo para aqueles seus partidários que queriam adaptar o presente ao futuro. Não se atrevem estes a dizer-lho. Digo-lho eu sem pretensões de offensa pessoal ou graciosa, pois não lhe quero nenhum mal. Ouça o meu aviso e faça de conta que sou ainda o seu reitor.

CARTAZ

TEATROS

TRINDADE—A's 21 e 45—«Pigmalião».
AVENIDA—A's 20 e 30 e ás 22 e 45—«A casta Susana».
MARIA VITÓRIA—A's 20 e 30 e ás 22 e 45—«A Vitória».
VARIEDADES—A's 20 e 30 e ás 22 e 45—«Alto lá com o charuto!».
COLISEU—A's 21 e 30—Companhia de circo.
LISBOA «MUSIC-HALL»—A's 21 e 30.
CAPITOLIO—A's 21 e 30—Circo Sinfético «Corzana».

CINEMAS

S. LUIZ—«Tempestade mortal».
TIVOLI—«As chaves do reino».
EDEN—«O amanhã é nosso».
POLITEAMA—«Sol de sangue».
GINASIO—«O lago dos sonhos».
LYS—«Ambição».
PALACIO—«Pai a morte sobre os pantanos».
ODEON—«Pai a morte sobre os pantanos».
OLIMPIA—«Noite sem estrelas».
TERRASSE—«Ambição».
REX—«Serenata boémia».
PROMOTORA—«Comédia humana».
SALÃO IDEAL.

Reparações mecânicas em automóveis

Afinação—Soldaduras—Pintura—Retoques Bata-chapas, etc.

PREÇOS MODICOS

JOAQUIM JOSÉ BARBOSA JÚNIOR & C.
R. Camilo Castelo Branco, 27 (à Rotunda)
Telefone 52166

Restaurante «As Bandeirinhas»

Menu de amanhã: Bacalhau e Dobraça á Moda do Porto. Poço do Borratem, 17 e 18.

EXCESSO DE ACIDO



NEUTRALIZADO POR RENNIE

Está mal se o seu estômago segrega demasiado ácido. Sabe-lhe á garganta, dá-lhe mau gosto de boca, dá-lhe a sensação de queimadura e produz lhe dores no peito e nas costas.

Há, porém, um bom remédio para acabar com o ácido do estômago. Tome duas pastilhas Rennie. Chupe-as como caramelos, ambas ao mesmo tempo. Rápidamente sentirá alívios. Rennie contém anti-ácidos que neutralizam a acidez, absorvem os gases e fermentos que activam a digestão. Rennie entra imediatamente em acção, pois chega ao estômago com toda a sua força que não é diluída pela água.

Todas as farmácias vendem Pastilhas Rennie. Compre algumas ainda hoje.

O MOMENTO POLITICO

O QUE NOS DISSE O PROFESSOR DE COIMBRA dr. António Gonçalves Rodrigues

(Continuação da 1.ª pag)

da lhe direi, por incompetente, do funcionamento o corporativismo nem sequer dos aspectos jurídicos do reclamado adiamento eleitoral. Como homem, porém, como professor e como católico, interessam-me certos aspectos não menos importantes, especialmente o que diz respeito aos direitos individuais, a chamada política do espírito, a educação.

—Mas falou de discordâncias...

—Vou falar. Não posso deixar de manifestar-me contra prisões arbitrárias—as que, de facto, tenham sido arbitrárias. Um Governo de raízes cristãs tem de respeitar acima de tudo o carácter sacrossanto da pessoa humana. Vejo com satisfação que se pretende corrigir estes vícios, que assentavam em legislação anacrónica anterior à actual situação política. A legislação recentemente promulgada pelo Ministério da Justiça é um valioso sintoma de que se caminha para uma sã legalização e renovação de processos.

—Tem mais restrições a fazer?

—Algumas... A censura, por exemplo. Reconhecendo embora a necessidade temporária, que as circunstâncias impunham, de uma fiscalização da Imprensa, reconheço também que a ausência de uma Lei de Imprensa que, concedendo liberdade de expressão e crítica exigisse a responsabilidade correspondente, levou a perpetuação duma censura marcial de que foram vítimas gregos e troianos e que, se não asfixiou o país, lhe impôs, pelo menos, um silêncio incómodo e atentatório do direito cívico de cada um zelar pela coisa pública. Daí, a impunidade absurda em que viveram certos regedores, de maior ou menor categoria, que durante este período de euforia autoritária, se julgaram revestidos de infalibilidade mais lata do que a do Santo Padre. Mas foram mais longe os efeitos nefastos da censura, nefastos para o próprio Estado que a autorizava: porque, além de impedir a actividade política da oposição, impediu também o livre exercício da crítica construtiva àqueles que tinham mais a peito a defesa dos princípios que levaram ao 28 de Maio.

O isolamento das camadas jovens

E, após uma pausa:

—Atenda-se ainda a outro lado da questão. Passados vinte anos, surgiram camadas jovens para as quais os problemas já não são os de 1926; que não discutem os benefícios da continuidade governativa, a obra financeira, a reconstrução material, o prestígio interno e externo da Nação, a dignificação do Exército, e tantas outras coisas que são conquistas evidentes do Estado Novo. Essas camadas, porém, assistem desconsoladas à apatia do Poder perante certas questões essenciais ao angustiamento do mundo vivo; estão fartas de ouvir os mesmos clichés cansados; observam a actividade intelectual da tal oposição «oprimida» e verificam que, do lado de cá, se lhes opõem apenas jogos florais, folhas de amaranço e solenissimas sessões académicas. Entretanto, o Secretariado da Informaçoes, Cultura Popular (!) e Turismo contempla embevecidamente o umbigo; a Emissora Nacional faz musica; o professorado, em geral pedagogicamente mal preparado por

falta de escolas especiais e ainda por cima asseverado de trabalho, pouco mais dá que turocratas do ensino, em vez de nos dar educadores por vocação e formação; as bibliotecas, a começar pela Nacional, quase não existem como factores eficientes de investigação e difusão de ideias; o Instituto para a Alta Cultura carece de meios para se erguer à altura da sua missão... E infelizmente poderia continuar neste tom por muito tempo.

—Acompanha então os democratas nas suas críticas à obra educativa do Estado Novo?

—Até certo ponto. Entre as minhas aspirações e as deles há, necessariamente, muito de comum, sempre que se trata do aperfeiçoamento das técnicas e do desenvolvimento da vida intelectual do país. Mas também sei o que nas minhas próprias palavras pode haver de fácil crítica. Que há muitíssimo a fazer é inegável; houve sempre e haverá por muitas gerações. Mas os que mais alto bradam, esses cuja autoridade para o fazerem nasceu das facilidades que o Estado lhes concedeu com a criação da Junta de Educação Nacional, velha e irrealizada aspiração dos intelectuais democratas de outros tempos, fecham os olhos a esta simples realidade: que na hierarquia dos problemas a que o Estado teve de fazer frente, de 1926 até hoje, a restauração financeira e económica da nação era a condição preliminar da realização de qualquer plano. Construíram-se escolas, reduziu-se consideravelmente o analfabetismo, desenvolveu-se a investigação científica, iniciaram-se as relações entre a ciência e a indústria, subsidiaram-se largamente as publicações eruditas, lançaram-se as bases da educação física, multiplicaram-se as bolsas de estudo e as cantinas, etc., etc.

Política do espírito

—A amplitude dessa obra...

—Não é tudo, como já disse. Para quem vir a questão com olhos europeus, o panorama continua a ser conflagrador, como o tem sido sempre, por motivos sobejamente conhecidos, a que o Estado Novo é alheio. Não se resolvem em vinte anos problemas que se acumularam durante séculos e não é a mera adaptação de sistemas estrangeiros que deve ir buscar-se a solução nacional. Mas, hoje, que os ministros reformadores não são vaiados no Parlamento por deputados analfabetos; hoje que há possibilidades financeiras não sonhadas no período democrático e muitos dos mais prementes problemas económicos estão em via de solução, a educação deve ocupar um dos primeiros, se não o primeiro lugar na hierarquia das preocupações nacionais.

—Mas não concorda que o Estado fez uma larga política do espírito?

—A expressão é já por si equivocada. Política do espírito é a que defende o primado do espiritual em todas as actividades humanas. Dar-lhe o sentido de mecenato oficial às realizações literárias ou artísticas de um país que se integram dentro da filosofia do Estado é confundir ideias contraditórias. O espírito é de sua essência livre; e a chamada política do espírito tem sido por demais informada pelo espírito da política. Que o Estado proteja as artes e as letras — e em muitos campos o tem feito com liberdade desconhecida no período liberal — compreendo e aplaudo; mas que se estabeleçam pré-

mios literários para obras de pura criação artística, sob condição de eles obedecerem a determinadas normas políticas ou religiosas, é falsear o próprio conceito de literatura. Não há literatura nacionalista nem católica nem ateia nem «reviralista»: há valores e personalidades que se exprimem artisticamente — bem ou mal. O que se premeia, afinal, não é a qualidade literária: são atitudes mentais que podem constituir o fundo cultural em que se realiza a criação artística, mas que nada tem que ver com o mérito intrínseco da obra de arte como tal. Se o Estado entende que deve estimular o aparecimento de mentalidades encaixadas na sua própria filosofia, espíritos que livremente lhe defendam os fundamentos na eterna batalha das ideias fora da qual não há vida que mereça o nome, então o caminho é o que a oposição sempre lhe indicou. Que favoreça e estimule o estudo e a difusão da cultura de que somos herdeiros; que estruture nesse sentido o sistema educativo, concedendo mais larga tolerância às minorias dissidentes; que oponha às heresias do nosso tempo tantas vezes disfarçadas sob a capa atraente do opusculo de vulgarização, a defesa intrínseca das disciplinas tradicionais. E não se diga que estas são incompatíveis com o verdadeiro espírito científico, porque a verdade é o alvo comum, e a verdade é uma e indivisível. E não se acuse os nossos adversários de que têm procurado realizar neste campo porque, fazendo-o, cumprem apenas o dever que a sua sinceridade intelectual lhes dita. Cumpramos nós o nosso com idêntica benevolência e energia.

Concluindo o seu raciocínio:

—A esta obra, que está quasi toda por fazer, chamo eu política nacional do espírito, do espírito que se defende contra as arremetidas francas ou disfarçadas do dogma antropocêntrico; isto, e não o «Verde Galo» e aos gongóricos jogos florais, coisas certamente úteis e louváveis em tempos menos aterrorizados do que o nosso, quando o mundo treme nos alicerces, as almas vibram nas dores da incerteza metafísica e dezenas de milhares de portugueses saem todos os anos das escolas apetrechadíssimos de factos e sem uma ideia assente na cabeça.

O momento político

—E quanto ao problema político propriamente dito? Vota em Salazar?

—Evidentemente. E olhe que vou votar pela primeira vez na vida, eu, que nunca pertencerei aos quadros organizados do Estado Novo, à União Nacional ou à Legião Portuguesa. O que na realidade se me pede, afinal, é que me pronuncie sobre a melhor maneira de atingir o equilíbrio entre a autoridade social e a liberdade individual, ambas necessárias e sagradas. E como lidamos não só com abstrações, mas com inamovíveis realidades — históricas, políticas, sociológicas — pergunta-se se no complexo condicionamento português esse equilíbrio se pode melhor conseguir por meio de um regime autoritário que respeite as liberdades individuais e eduque a Nação no uso disciplinado delas, ou por meio de um regime francamente liberal que saiba afirmar e defender o prestígio da autoridade central. Pronuncio-me decididamente pelo primeiro termo da alternativa. Aparte as restrições doutrinares que tenho a opor ao sistema liberal, creio que em país como o nosso, civicamente por educar, ele pode conduzir, e já conduziu, à anarquia social. A experiência é a madre das coisas, e ela nos elucidou quanto às temíveis potencialidades desta forma de governo. Creio também que há, para os homens de boa vontade que de ambos os lados se encontram, uma árdua tarefa comum, que é a da educação na tolerância. A mim parece-me mais exequível em Portugal conceder liberdades progressivas em regime de autoridade ciente dos seus limites morais do que restaurar e prestigiar a autoridade em regime democrático que entre nós degenerou sempre em regime demagógico.

As concepções democráticas

—Mas não sente nas massas uma verdadeira aspiração democrática?

—Esses conceitos de democracia, de liberdade e igualdade são de uma mobilidade cinematográfica. O homem que ousasse criar e impor uma terminologia política totalmente nova mereceria uma dúzia de prémios Nobel. Enquanto andarmos escravizados a fantasmas de ideias, a meros invólucros verbais cujo conteúdo se esvaziou ou se complicou com mil aderências impuras, de tal maneira que as próprias ideias exigem que as libertem do cárcere da palavra, nunca conseguiremos entender-nos, mesmo naquilo em que o entendimento é possível entre homens de boa fé. Democracia, por exemplo. Desesperado, como toda a gente, de encontrar definição concreta na literatura de propaganda que por aí vai, resolvo consultar o meu dicionário inglês — inglês, e como tal, politicamente insuspeito. E encontro isto: «forma de governo em que todas as classes, ainda as mais baixas, têm voz no governo, quer directamente, quer pelos seus representantes eleitos». Parece que em Portugal todos nós queremos isto, ou queríamos, se se tratasse apenas de uma questão política, e não também de um problema de

cultura. Porque entre nós intervêm as tais aderências insalubres... Colocarmo-nos, neste momento, no simples plano político, discutir o que há de discutível nas formas e nos métodos da administração e da representação, é ver apenas uma parte do problema, é atender apenas aos meios e perder de vista os fins.

—Nesses termos...

—Homens nascidos livres, iguais aos olhos de Deus, na fraternidade com a Igreja Universal, fiéis depositários de uma visão total da existência, participantes de uma cultura que se desintegra porque os seus elementos vitalizadores foram amputados dos laços que a uniam ao eterno, para nós só há um caminho: cerrar fileiras em defesa da nossa tradição portuguesa, europeia e cristã. Por isso repudio a caricatura laica dos imortais princípios. Por isso, ignorando as críticas justas ou injustas ao sistema, eu, que nunca votei, votarei em Salazar...

Um esclarecimento

de António Ferro acêrca das entrevistas com o dr. Salazar

Do Secretariado Nacional da Informação recebemos a seguinte carta:

«Na primeira das recentes entrevistas com o sr. Presidente do Conselho, publicada nos jornais «Diário de Notícias» e «O Século», a propósito das afinidades ideológicas entre o Estado Novo português, o fascismo e o nazismo, é atribuída ao sr. dr. Oliveira Salazar a seguinte declaração: «Já em 1932, quando me entrevistei pela primeira vez, numa época em que não se pensava sequer nas possibilidades da guerra, em que a Alemanha era considerada fortaleza inexpugnável, etc., etc. Trata-se, evidentemente de um engano de datas do jornalista que redigiu essas declarações, engano sem valor real porque não altera em nada a verdade essencial do que se afirmou, a certeza da velha posição do Estado Novo, anterior à guerra, em face do fascismo e do nazismo.

Em 1932 o jornalista António Ferro entrevistou o sr. dr. Salazar e ouviu-lhe afirmações claras, insofismáveis («Salazar», 3.ª edição, pág. 73-75) sobre as diferenças que separam a doutrina do regime português do fascismo, precursor do nazismo. Mas em agosto de 1933 isto é, meses depois, entrevistou-o de novo e foi então que o sr. Presidente do Conselho, já quando Hitler estava no poder, seis anos antes da guerra, marcou idêntica posição àquela que já definira perante o fascismo («Salazar», 3.ª edição, pág. 210).

Como estas entrevistas foram feitas pela mesma pessoa, todas reunidas, aliás, no citado livro, a confusão de datas, que nem era sequer digna de reparo, torna-se perfeitamente compreensível.

Lembra-se ainda que o sr. Presidente do Conselho voltou depois a marcar a mesma posição, ainda com mais nitidez, no discurso que pronunciou em 1934 e que foi devido a isso, retirado de uma edição alemã dos seus principais discursos».

O seu encanto seduz



MIMO

As suas qualidades convencem

FÁBRICA MIMO • GRAEF & CIE • LA CHAUX-DE-FONDS • SUÍÇA

BEBE A

Monte Serres

O VINHO BRANCO QUE FAZ A VIDA COR DE ROSA

PRODUTORES
J. CAMILO ALVES, LDA
BUCELAS • PORTUGAL

O ROMANCE SOCIAL

E' aquêlê que cria indivíduos—tipos, sínteses de realidades. Assim é no romance ARISTOCRATAS de Maria Archer. Leia-o sem perda de tempo. E' o seu mais forte romance.

O MOMENTO POLITICO

FALA O DR. PIMENTEL SARAIVA

Não se compreende a tributação do rendimento do trabalho quando na maioria dos casos ele é insuficiente para satisfazer as necessidades vitais do indivíduo

O regime tributário é um dos assuntos que se discutem, no actual momento político. Muitos se queixam das suas disposições, mas, dado o carácter técnico que a discussão não pode deixar de tomar, poucos são aqueles que estão à altura de entrar nela. Eis por que procurámos o dr. Henrique Pimentel Saraiva, advogado em Lisboa, que conhece profundamente a nossa legislação fiscal e que se pode considerar, sem dúvida, um dos nossos especialistas na matéria, mais bem informados e mais sensatos.

—Falar-lhe do actual regime tributário não é coisa fácil—começa por dizer-nos.—Direi mesmo, parafraseando o seu progenitor, ser «trabalho ingrato, mais do que todos os outros». *Ingrato*, porque não faltará quem exija «concretizações». *Difícil*, por necessidade, honesta, de abandonar o «concreto» para tratar deste assunto em «abstracto».

Confessa-nos que não lhe seria difícil apontar casos concretos, de que tem conhecimento através da sua vida profissional, mas declara que não deseja referi-los por achar desnecessário fazê-lo e até porque não faltaria quem os visse apenas sob o aspecto estrito e mesquinho da particularidade.

—Quais são, então, as observações que entende dever fazer ao actual regime tributário?

—São os que têm de estudar ou tratar de qualquer assunto tributário e que sabem e conhecem os obstáculos que se lhes deparam no caminho. Estes saberão, na justa medida, compreender o alcance das minhas palavras. Quantas vezes se supõe ter chegado ao fim, e, um esclarecimento amigo nos indica um despacho ou nova providência escondida e perdida numa das muitas «rapsodias» jurídico-fiscais em que tão prodígio tem sido este sector da nossa administração, que desfaz todos os raciocínios e conclusões? Que de esforços, perdas de tempo e cuidados não são precisos para acompanhar, dia a dia, esta febre legifera?

—Rapsodias jurídico-fiscais?

—Não julgue que pretendo fazer espirito, mas antes anatematizar um processo condenável, no desejo de corrigi-lo, como se impõe.

Confusão legislativa

—Que se concretizar este ponto?

—Sem dúvida. Para comprovar o que afirmo, dou um exemplo, de muitos que poderia enumerar. Refiro-me, para tanto, a lei n.º 1.891 de 3 de abril de 1940. Tem 9 artigos e nela se trata: de imposto de capitais (art.º 1.º); de execuções fiscais (art.º 2.º); de contribuição industrial (art.º 3.º); de avaliações (art.º 4.º); de imposto do selo (art.º 5.º); da criação dum contencioso hospitalar (art.º 6.º); do contencioso das contribuições e impostos (art.º 7.º e 8.º); e, finalmente, o art.º 9.º manda aplicar as disposições desta lei a todos os casos pendentes. Como vê, uma autentica rapsódia! Mas, como disse, há mais, porque o repertório é muito completo.

—Acha, pois, necessária uma codificação e sistematização das leis tributárias?

—Isso, por transitório, não constituiria uma solução. O que urge fazer é a remodelação profunda do nosso regime tributário, à luz dos princípios que hoje dominam e orientam o mundo.

O dr. Pimentel Saraiva acrescenta:

—Acredito, sinceramente, que tudo quanto após o diploma fundamental se fez, visava dois fins principais: o aperfeiçoamento do sistema e a defesa dos interesses do Estado. Mas também concluo—qualquer pessoa concluirá—do estudo de toda essa evolução, que o segundo objectivo, dominado pela ansia de maiores receitas, tornando-se importante no espírito dos legisladores, absorveu completamente o primeiro. Por isso, bem poderá dizer-se: «A medida que os direitos do Estado se vão alargando sucessivamente, os dos contribuintes permanecem estacionários, quando não diminuem». E deste «endeusamento» do Estado, sem dúvida, resultou a «desconfiança» que hoje existe e tão perigosa torna as relações entre o fisco e os contribuintes.

—E como restaurar a confiança?

—Só através da igualdade de direitos do Estado e dos contribuintes, quanto à defesa dos seus legítimos interesses e, ainda, pela *estabilização*, na medida do possível, dos mesmos direitos; pois, deste modo, saberão ambos a lei em que vivem.

Um exemplo frisante

Continuando, diz:

—E quanto a esta última parte, deixe-me referir-lhe um facto, que por interessar directamente a sua profissão, não quero deixar de mencionar-lho, como prova da necessidade da aludida estabilização:

«Quando em 13 de abril de 1929 surgiu o actual regime tributário, o jornal «O Seculo» em aligeirada critica ao novo sistema, dizia em 29 do mesmo mês que tendo desaparecido do novo regime tributário a isenção dos jornalistas, ficavam estes sujeitos ao imposto profissional, desde que os seus proventos atingissem os limites marcados no art.º 63.º do decreto n.º 16.731 (ou sejam, ao tempo, 6.000\$00 anuais em Lisboa, Porto e Vila Nova de Gaia; 5.400\$00 nas capitais de distrito, e 4.800\$00 nas restantes terras). A esta critica, respondeu o Ex.º sr. dr. Oliveira Salazar—ao tempo ministro das Finanças—em nota officiosa publicada no «Seculo» de 7 de maio de 1929, nos seguintes termos:

«As isenções foram erradamente interpretadas (o «Seculo» de 29 de abril) tendo-se considerado como sujeitos a contribuição industrial—«O Seculo» dizia imposto—os trabalhadores rurais, os operários, os jornalistas e os pescadores—os quais estão isentos, uns de contribuição industrial, outros de imposto profissional. E não compete ao ministro das Finanças abrir cursos de explicação para juristas amadores».

«Por seu turno, as «Novidades»—órgão officioso, ao tempo, do Ministerio das Finanças—respondendo ao «Seculo», dizia em 30 de abril de 1929: «O «Seculo», confrontando a lei 1.368 com a nova reforma viu desaparecer do texto algumas isenções e concluiu daí que tinham surgido novos tributos, esquecendo, lamentavelmente, que há duas formas de fazer uma isenção: ou declarando-a expressamente ou não incluindo determinados indivíduos entre os contribuintes...». Os jornalistas não vêm na tabela das profissões liberais colectadas anexa à reforma, logo não pagam imposto, muito embora o «Seculo» o queira à última hora decretar para eles».

«Pois bem, apesar de tão concludentes e esclarecedoras afirmações, em 16 de fevereiro de 1931, sendo ainda ministro das Finanças o Ex.º sr. dr. Oliveira Salazar, foi publicado o decreto n.º 19.359, que no seu art.º 1.º diz: «As pessoas empregadas por conta de outrem no commercio, na industria, na agricultura e nas profissões liberais, seja qual for a forma por que sejam contratadas e o do seu vencimento ou remuneração, estão sujeitas ao imposto profissional desde que vençam anualmente importância superior aos limites fixados no art.º 63.º do decreto-lei n.º 16.731, de 13 de abril de 1929».

«Este diploma tem a justificativa nos seguintes dizeres: «Convinde fixar a doutrina que resulta da justa interpretação do disposto no art.º 61 do decreto n.º 16.731 de 13 de abril de 1929... Considerando que a única isenção estabelecida naquelle decreto, quanto ao imposto profissional, é a referente aos empregados por conta de outrem com vencimentos anuais inferiores aos fixados no artigo 63.º; Considerando que, tratando-se de um imposto novo, criado pelo decreto n.º 16.731, não podem as isenções da contribuição industrial, estabelecidas na lei n.º 1.368, ser-lhes extensivas pelo simples facto de aquelle imposto ter substituído em parte a mesma contribuição».

E o nosso entrevistado continua:

—Assim os jornalistas e outros trabalhadores ficaram sujeitos a imposto, tal como em 1929 o afirmara «O Seculo».

—Há muito quem se queixe de desigualdades tributárias...

—As desigualdades tributárias são difíceis de evitar. Estas, as mais das vezes, podemos filiar-las naquelle desconfiança, e, existem, talvez, na relatividade. No fundo, eu creio, que são invocadas, mais pela ignorância em que vivem os contribuintes, quanto ao modo como lhes foi determinada a matéria colectável, do que pela dureza do tributo. Por isso, e por agora, na análise generica do nosso sistema, não interessa, fundamentalmente, saber se se paga mais do que o que se pagava, ou se se paga menos do que o que se devia pagar.

—Então?

—O que interessa é restabelecer a confiança do contribuinte no Estado e a deste naquelle, e, como lógico corolário disto, que todos saibam porque pagam e como devem pagar, o que hoje não sucede. E, assim, os contribuintes poderiam defender-se duma tributação que considerassem injusta.

A tributação do trabalhador

Com energia, prossegue:

—E' certo que hoje em dia, se não compreende a tributação do rendimento do trabalho, momentaneamente como entre nós se vem fazendo, sabido que tais rendimentos, na maioria dos casos, são insuficientes para satisfazer as necessidades vitais dos indivíduos. E isto é tanto mais incompreensível quanto é certo que, sobre os excessos de rendimentos de outras provenien-



DR. PIMENTEL SARAIVA

cias, não incide uma tributação forte, como deveria existir, a compensar a perda de receitas provenientes da isenção dos rendimentos provenientes do trabalho até ao montante julgado, seriamente necessário à sustentação dos indivíduos. E é quanto a estes casos que existe a desigualdade relativa que lhe referi.

—Então os contribuintes não podem defender-se?

—Podem, mas contudo os seus meios de defesa são muito precários, e daí não os utilizam muitas vezes, embora tivessem motivos e fundamentos para reclamar e serem atendidos, por lhes não inspirarem confiança as entidades julgadoras.

—E quanto ao arbitrio?

—Devo dizer-lhe que o «arbitrio» constitui sempre uma das características dos nossos sistemas tributários. Mas, neste particular, o actual regime superou-os a todos, certamente, porque, no momento da sua promulgação em 1929, as nossas finanças se encontravam num estado calamitoso. Na verdade, o «defeito» que na gerência de 1925-1926, ultimo dos governos republicanos, era de 122.221 contos, atingiu na de 1926-1927 o montante já mais visto, de 641.616 contos, e na de 1927-1928 a cifra de 181.377 contos. Por isso, como referiu o meu illustre colega e querido amigo dr. Mario de Castro, razão tinha o dr. Quirino de Jesus quando afirmava que os dois primeiros anos da ditadura tinham sido os mais calamitosos anos de governo desde que Portugal era nação. Por outro lado, a dívida flutuante do Tesouro em 30 de junho de 1928 atingiu a elevadissima cifra de 4.000.000 de contos aproximadamente—quatro milhões de contos, como afirmou o jornal «Novidades», em 27 de abril de 1929.

A posição do contribuinte

O sr. dr. Pimentel Saraiva esclarece:

—Contudo, entre o «arbitrio» existente no regime tributário da lei 1.368 de 1922 e o dominante no actual, existem diferenças fundamentais. E são fundamentais, que, a força de poder ser aquele de tal modo diluído, bem poderia considerar-se inexistente, visto que a sua utilização, por parte do Estado, era condicionada pela vontade do contribuinte. Este processo, por mais liberal, é mais justo, uma vez que o Estado, teria sempre possibilidade de verificar das razões da escolha do contribuinte.

«Eu entendo que o Estado deve ser titular desse direito de arbitrio. Mas entendo, também, que o uso desse direito deve ter como limite o direito do contribuinte se poder defender dele. Para tanto, o Estado deverá informar os contribuintes quanto ao modo, uso e fim desse direito, para que aqueles, conhecedores dos fundamentos das respectivas tributações, as possam impugnar. Porque, se o Estado, honestamente, supõe que as suas informações são as verdadeiras, nenhuma dúvida deve ter em as comunicar aos interessados, pois bem pode ser que estes, reconheçam a sua legitimidade ou as impugnem, de modo que o Estado acabe por reconhecer o seu erro ou a sua exactidão.

Afirmando que não é de estranhar que, por ignorância do «processo» a todos os momentos surjam descontentamentos e protestos contra o actual regime tributário, visto o Estado usar daquelle direito, o distinto advogado declara que preconiza um sistema que visa a colocar o Estado e os contribuintes no mesmo pé de igualdade, quanto ao uso de defesa dos seus legítimos interesses, e concluiu:

—A critica do regime tributário português podia fazer-se sob o duplo aspecto do Estado actual e do Estado a sair da instituição dum regime democrático. Quanto a este ultimo aspecto, o sistema dos impostos há-de ser solidário com a reforma das instituições politicas.

«Se é certo que as conclusões a que cheguei se não compadecem com o estado actual das nossas instituições politicas, certo é também que o sistema vigente, por caótico, dispersivo e confuso, o não defende. E até só por isto, há que reformá-lo, uma vez que os defeitos apontados no relatório do decreto n.º 16.731 ao regime tributário anterior, ou seja ao dos ultimos governos republicanos, não só persistem, como ainda se agravaram.

Os objectivos

da Mocidade Portuguesa
segundo o capitão
Celestino Pereira
que responde
ao dr. João de Deus Ramos

«Sr. dr. Joaquim Manso:—Muito grato ficaria a V. pela publicação das seguintes linhas: O sr. dr. João de Deus Ramos,—na entrevista que o «Diário de Lisboa» publicou e na altura em que, na expressão do jornalista, o ideólogo cede a palavra ao pedagogo,—refere-se à Mocidade Portuguesa, nos seguintes termos: «não falarei da M. P. que militariza crianças, desde os 7 anos».

Para quem não deseja pronunciarse sobre um problema de tal vulto, as palavras do referido senhor surgem paradoxais. Mas isso seria o menos, se a grave e apriorística afirmação do sr. dr. João de Deus Ramos não fosse totalmente errada e, consequentemente, contrária à verdade.

O juízo do sr. dr. João de Deus Ramos só pode basear-se na doutrina estabelecida para a obra formativa da M. P. e no estudo das actividades que, como meios, foram escolhidos e adoptados para a realizar.

Tão bem, ou melhor do que eu, deveria o sr. dr. João de Deus Ramos, como antigo director duma escola, que constitue centro escolar da Mocidade Portuguesa, conhecer a lei que, taxativamente e claramente, estabelece a finalidade da M. P.. E nem na legislação, nem nas directivas, que determinam e orientam as actividades de instrução geral e especial, pode o referido senhor encontrar o menor fundamento que lhe autorize a afirmação.

Não quero fazer a ofensa de supor que os objectivos que constituem a educação pré-militar da juventude e que, justamente, competem à Mocidade Portuguesa alcançar, como expressão máxima duma educação integral, sejam do seu desconhecimento. Não quero ainda supor que tenha generalizado intencionalmente a toda a juventude, a partir dos 7 anos, como actividade obrigatória, a instrução da milícia, que só se faculta ao escalão de cadetes, isto é, aos filiados de mais de 17 anos, e para os quais a inscrição na M. P. é facultativa.

Assim, só uma justificação devo encontrar para as palavras do sr. dr. João de Deus Ramos. E essa só pode ser, por consequência, a total ignorancia deste assunto, muito embora lhe competisse, como antigo director de um colégio, ter a noção consciente dos fins que se procuram com a Mocidade Portuguesa.

Algumas criticas poderão o sr. dr. João de Deus Ramos fazer, justamente, aos resultados até agora obtidos para a obra formativa da M. P.. Mas não fará mais do que repetir as que os dirigentes responsáveis, por mais de uma vez, têm feito publicamente. Aliás, uma das maiores deficiências da organização encontra-se na ausência daquelle apoio que alguns, como o sr. dr. João de Deus Ramos, lhe deveriam prestar, não só por determinação legal, mas, mais ainda, por imperativo de consciência. Se isto é de remédio difficil, já o mesmo não sucede, porém, para a ignorancia total do sr. dr. João de Deus Ramos, no que respeita às finalidades fundamentais da Mocidade e aos meios empregados para as satisfazer.

Consulte a lei, medite sobre a doutrina estabelecida, leia os regulamentos existentes, os seus manuais, tudo, enfim, quanto existe no campo do estudo e da actuação, como fruto do labor dos seus dirigentes durante 9 anos, e é possível, então, que não volte a afirmar que «a Mocidade Portuguesa militariza crianças a partir dos 7 anos».

Com os meus antecipados agradecimentos e cumprimentos, creia V. na minha consideração do que é de V. etc.—Celestino Marques Pereira, capitão».

Fim de Semana

Quere passar um agradável fim de semana?

Instale-se na CASA SAM JORGE, pensão de luxo, em CARCAVELOS. Optimas instalações, esplêndido tratamento, clima admirável, preços accessiveis.

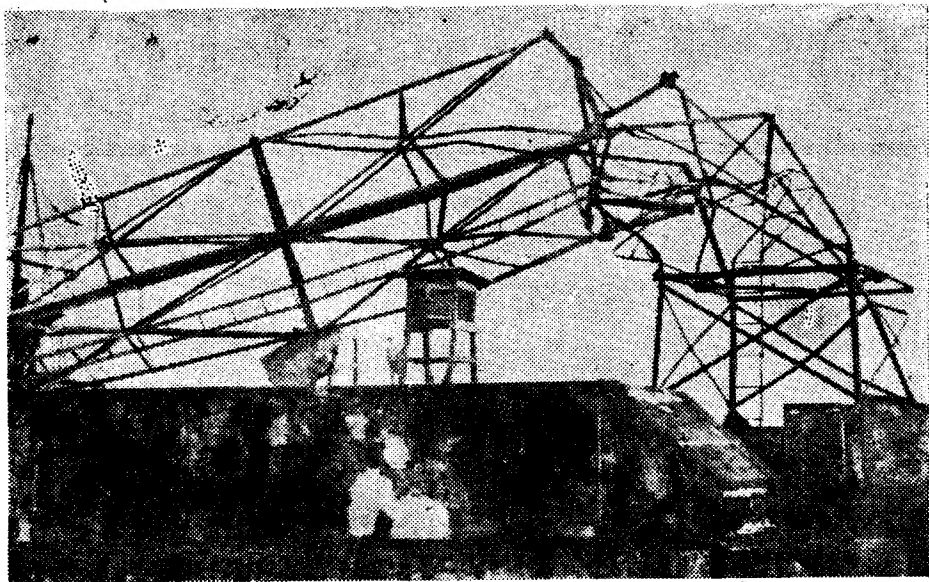
Visite a
CASA DE SAM JORGE
EM CARCAVELOS



«LA TOJA»

CREMES DE BELEZA

(DIA E NOITE)



A torre metálica do posto de rádio instalado na cidadela de Cascais, derrubada pelo tufão

ESTA MADRUGADA

Um violento tufão

provocou importantes prejuízos

em Cascais e no Monte Estoril

Durante a madrugada de hoje, desencadeou-se em Lisboa e nos arredores um grande temporal, com chuva, forte vento e trovoadas.

Às 5 horas, a população de Cascais e do Monte Estoril, acordou, sobressaltada, porque um violento tufão acompanhado, dum trovão assustador e de muita água destelhou grande número de casas, partiu árvores e vidros, derrubou chaminés, etc.

O fenómeno durou apenas cerca de meio minuto. O vento soprou do lado da cidadela de Cascais, em direcção ao Monte Estoril e à Serra de Sintra, onde derrubou o traçado telefónico.

Assim, os principais prejuízos registaram-se naquela zona.

A antiga residência presidencial, na cidadela de Cascais, ficou sem muitas telhas e com algumas chaminés derrubadas.

Junto dela, foi atirada ao sólo, ficando torcida e partida nalguns segmentos, a antena metálica da rádio, do posto do Ministério da Marinha; mas o pessoal, diligentemente, em pouco tempo restabeleceu o serviço, ligando uma antena ao semáforo e a um poste de madeira ali existente.

Um barracão onde é ministrada aos soldados a instrução para identificação dos aviões, ficou a descoberto, porque a cobertura de lusalite foi arrancada pelo vento e andou a voar à volta do torreão do extremo sudoeste da cidadela. Por sinal que um soldado que ali se encontrava de sentinela, ao desviar-se da referida cobertura, para não ser por ela atingido, foi arastado pelo tufão e caiu, partindo a espingarda.

Os dois edifícios pertencentes à casa Palmeira, perto da estação de Cascais, foram dos que mais sofreram. Do que fica do lado do mar,

voaram as telhas que cobriam duas habitações, bem como um pedaço da chaminé. Ao mesmo tempo, ficaram partidos ou arrancados numerosos pinheiros e outras árvores.

Os destroços caíram sobre a linha férrea, cortando o cabo eléctrico aéreo, o que originou atrasos de comboios, por motivo dos trabalhos de reparação, que ficaram concluídos logo de manhã.

Foram derrubados diversos postos telefónicos, emaranhando-se os fios, e tendo o serviço telefónico com Cascais estado interrompido durante a manhã. Pessoal da Companhia trabalhou afanosamente na sua reparação, de modo a restabelecer as linhas durante a tarde.

Na casa do sr. Jorge Pinheiro de Melo (Arnoso), caíram duas chaminés, voaram numerosas telhas e algumas cadeiras que se encontravam num terraço, tendo sido derrubadas muitas árvores.

Na do conde de Cabral, que estava em obras, também o vento levou muitas telhas.

Nas diversas propriedades, foram cair destroços e vários objectos pertencentes a outras distantes alguns metros.

Entre outras casas do Monte Estoril cujos telhados muito sofreram, contam-se as do sr. conde de Peniche—onde também foi arrabata da parte duma varanda—e do conhecido comerciante sr. Duarte (pai). Foram também muito danificados o bairro escolar e numerosos edifícios da zona próxima do largo de Ostende.

Não houve desastres pessoais. No rio e no mar, cujas águas estavam algo encapeladas, não se registou qualquer acidente.

Os estragos em Coimbra

COIMBRA, 16.—(Pelo telefone).—Esta cidade foi de madrugada assolada por violento temporal, registando-se importantes prejuízos. Chuva torrencial, trovoadas, vento quasi ciclónico, tal foi o espectáculo a que assistiram, com certo pânico dos timoratos, os habitantes de Coimbra.

Pela cidade, notam-se, agora, muitos vidros estilhaçados, beirais caídos ou soltos, chapas de zinco levadas pelo vento, árvores derrubadas, não sendo só registáveis os prejuízos em Coimbra mas, ainda, nas povoações rurais do distrito.

Naufragou um barco mas salvaram-se os tripulantes

VIANA DO CASTELO, 16.—(Pel otelefone).—Pelas 10 horas da manhã, o veleiro «Helena Santa», que vinha de Leixões carregado de sal, naufragou à entrada deste porto, por virtude da violenta tempestade que está a assolar toda a costa do país. A tripulação, constituída por seis homens, abandonou o barco com muita dificuldade, tendo depois recebido tratamento no hospital da Misericórdia.

O barco anda a deriva, enroscado nas ondas, parecendo que serão improficuos os esforços para o salvar e, com êle, a carga que trazia.

Em Montemor-o-Novo ficaram destelhados muitos edificios

MONTE-MOR-O-NOVO, 16.—Passou aqui um furioso tufão, que causou grandes prejuízos. Ficaram destelhados numerosos edificios, entre outros, o hospital, matadouro, praça de touros, etc. Há dezenas, se não centenas de árvores partidas pelos troncos, e outras arrancadas pela raiz. Na herdade de Adua abateu um barracão, onde se guardavam porcos, ficando alguns feridos, e diversos envoltos nos materiais. Muros e palheiros foram abatidos, pela furia do vento.

Era nas padarias

que às vezes se imprimiam os jornais
no tempo da ocupação...

— diz a condessa Jean du Pange

que está de passagem em Lisboa

Desde há dias, Portugal hospeda uma das mais curiosas figuras da intelectualidade francesa contemporânea, amiga de Maurois, de Jean Paul Sartre e de Hélène Beauvoir: é a senhora condessa Jean du Pange, que nasceu princesa Pauline de Broglie, irmã do duque de Broglie, homem de letras e ciências, e do príncipe Louis de Broglie, professor da Sorbonne e laureado com o prémio Nobel de Física.

A acrescentar, porém, a esta verdadeira nobreza de sangue e de espírito, a senhora du Pange tem um outro título a acrescentar: é bisneta de madame Stael—neta de uma filha de nome Albertina, casada com o duque Vitor de Broglie—mesmo sem falar de outros distintivos desta família, onde quasi todos são membros de Academias e exerceram altas funções políticas na França de Luiz Filipe.

Outra luz, porém, brilha no espírito de Pauline de Broglie, cinquenta e tantos anos de idade, desde os catorze, às letras, ao estudo. Para isso tomou o título de doutor da Universidade de Paris e, por isso, foi chamada a sociedade da Sociedade da Gente de Letras, a presidente da Comissão Permanente de Letras, do Conselho Internacional das Mulheres, a partir de 1934; por isso, enfim, foi chamada a presidente da Sociedade de Estudos Staelianos que fundou, e para membro do comité do Prémio «Femina».



CONDESSA JEAN DU PANGE

Ela própria pensadora e escritora, é ainda mulher de acção: em 1931, é enviada pela França como membro da missão que vai à América assistir às festas da fundação de Nova York; é nomeada—pode orgulhar-se de ser a primeira mulher francesa que recebe essa distinção—membro da Ordem de «Filles de Cincinnati» e das Filhas da Revolução Americana, a primeira fundada por Washington, após a independência dos Estados Unidos.

Enfim, é ainda na qualidade de mulher de letras e de acção—a mesma que, em 1933, era encarregada de fundar uma biblioteca de livros de autores franceses, para a Exposição de Chicago, e que pelo seu interesse havia de tornar-se permanente—é ainda nessa qualidade que a temos agora em Portugal: vai aos Estados Unidos, fazer uma série de conferências e reger um curso especial de literatura francesa.

Aproveitando a sua passagem por Lisboa, o Instituto Francês convidou-a para fazer uma conferência que foi, agora, repetir no Porto, donde deve regressar na próxima quinta-feira. De volta a Lisboa, a autora de «Le bon Jardin», romance premiado pela Academia Francesa, em 1923, e de «Augusto Guillaume Schlegel e Madame Stael», tese para o seu doutoramento e prémio Guizot da Academia francesa—visitará o Jardim Escola João de Deus, pois é de seu interesse a pedagogia e, de um modo particular, a literatura infantil.

—Trabalhei com J'aurois em teatro infantil e outros géneros de literatura destinados à criança e, posso dizer, porque a minha experiência me autoriza, que a linha de interesse pela formação mental e literária, portanto, obedeceu sempre às oscilações da cultura geral e do progresso espiritual. Um país, ou antes, um ciclo de cultura, nunca foi rico em espírito e literatura, se não começou pelo princípio...

A condessa Jean du Pange, a quem o Conselho das Mulheres Portuguesas ofereceu um chá e recebeu em sessão publica num dos últimos dias, na sua sede provisória, é uma inteligente defensora dos direitos da mulher.

—Sou feminista, pela mão de meu marido, que foi, primeiro que eu, um atento estudioso das condições de vida da mulher.

Preguntamos à nossa hóspede ilustre, que é de uma tocante feminilidade, o que pensa da actividade feminina. Não hesita na opinião:

—Decisiva, na marcha da vida. Não há hoje possibilidade de desvirtuar as suas funções, o seu papel social, ao lado do homem. Creio que a mulher do pós-guerra de 14 era muito diferente da mulher do pós-guerra de 45. A caridade, o dever de praticar o bem levou-a a ser enfermeira, a prestar serviços notáveis de sacrifício e de assistência. Hoje, a mulher conquistou todos os campos de actividade e até a vimos na frente de batalha, encorpada em alguns exércitos.

—Visto que esteve em França, durante a ocupação, há-de ter impressões dolorosas a transmitir...

—Sim, escrevi mesmo muito. A imprensa clandestina, a colecção das «Editions de Minuit» que não se sabia onde vinham nem quem os escrevia. Assim surgiu um «Amant de Avignon» e um «Laurent-Daniel»... que eram apenas Elsa Triolet, o ultimo prémio Goncourt. Os jornais—soube-se depois—eram, em alguns casos, impressos e compostos nas padarias que funcionavam de noite, recatadamente... e a coberto da Gestapo. Depois, as missivas, os folhetos, tudo o que pudesse, enfim, contribuir para apertar a tira de resistência requeria uma fantasia insuperável. As «senhas», no «Metro» —por exemplo, «aimez-vous les apriots?»—sucediam-se e, mesmo na frente dos alemães, que não conseguiam penetrar toda a subtilidade do nosso idioma, conseguimos camuflar muitos propósitos de conspiração. Eu, que tive meu marido preso, não consegui que um oficial alemão transportasse, de uma para outra zona, uma mala em que se escondiam duas espingardas?

—Eram delicados, os ocupantes...

—Mas inflexíveis. No dia em que procurei um oficial meu conhecido de antes da guerra e que me devia uma conferência sobre literatura alemã, fui denunciada, porque ia interceder por meu marido preso...

A autora de 18 volumes originais e traduções, de centenas de artigos e mais de trinta conferências proferidas em francês e inglês em Genebra, Zurich, Colónia, Estocolmo, Universidades de Oxford e Cambridge—uma das quais intitulada «M.me Stael e Camões»—diz-nos, ainda:

—Em 1940, o povo da França supôs tudo perdido e deixou cair os braços. Em 1941, começou a despertar e ter fé. Então, vieram a resistência, fuzilamentos e denúncias... Nos salões, porém, conspirava-se como nos tempos de M.me Stael—quando o lar não se reduzia a uma sala com aquecimento, onde se descascavam batatas e se ouvia a rádio inglesa... Ainda assim, foi possível recebermos algumas visitas de oficiais ingleses que nos levavam mensagens para o seu país. Os caminhos que percorriam e os seus nomes ficaram para sempre em mistério. Esse mistério, aliás, criava outros estados de espírito terríveis: a desconfiança, por exemplo. Era um patriota, aquele com quem falávamos? Era um traidor?

A bisneta de M.me Stael, muito simples e feminil, suspira:

—Felizmente, o pesadelo passou! Felizmente, a França volta a respirar!

Na Faculdade de Letras

A condessa Jean de Pange fez, esta tarde, tendo principiado á hora a que fechamos a nossa edição, uma conferência, na Faculdade de Letras, sobre a figura de Madame de Stael.

O PROF. WALLACE BRAGG

fará três conferências em Lisboa

Como noticiámos, chegou ontem a Lisboa o cientista britânico sr. Wallace Bragg, um dos sábios que se ligaram, pelo seu trabalho, à aplicação da energia atómica. O prof. Bragg fez hoje algumas visitas em Lisboa e iniciará amanhã as suas conferências: às 17 horas, falará na Faculdade de Letras sobre «A óptica dos Raios X». Na segunda-feira, o ilustre cientista britânico falará, nos Altos Estudos da Academia, sobre «Alguns problemas do estado metálico». Na terça-feira, às 18 e 30, o prof. Bragg fará uma conferência no Instituto Britânico.

Páginas especiais

Dada a falta de espaço com que lutamos, não nos é possível publicar ainda esta semana as nossas habituais páginas Feminina e «Éxito», do que pedimos, mais uma vez, desculpa aos nossos leitores e colaboradores.

QUERE RECEBER O MAXIMO?

Na venda das suas joias, pratas, ouro, brilhantes, cautelas de penhor, antiguidades, etc.

Em seu próprio interesse, procure, faça favor, a

Grande Ourivesaria da Moda

Rua da Prata, n.º 257, esquina de Santa Justa



O sr. dr. Oliveira Salazar, rodeado pelas crianças, no jardim da sua residência

NOS JARDINS DE S. BENTO

As crianças dos Parques Infantis

prestaram hoje homenagem
ao sr. Presidente do Conselho

Cerca de quinhentas crianças que beneficiam da interessante criação dos Parques Infantis, devidos à iniciativa da sr.^a D. Fernanda de Castro, foram hoje prestar homenagem ao sr. Presidente do Conselho, em agradecimento pelo interesse que o sr. dr. Oliveira Salazar tem manifestado por aquela obra.

As crianças concentraram-se no Jardim da Estrela onde chegou, pelas 14 horas, a sr.^a D. Fernanda de Castro, a fim de as acompanhar à residência do Chefe do Governo.

O extenso cortejo infantil pôs-se então em marcha e desceu a calçada da Estrela, dando depois entrada na rua da Imprensa. Aberto o portão da residência do sr. dr. Oliveira Salazar, as crianças entraram no jardim e ali se agruparam, visto tantas centenas de pessoas não caberem dentro do edifício.

O sr. dr. Oliveira Salazar apareceu então, e foi recebido com uma prolongada salva de palmas. Enquanto grupos de crianças se aproximavam do Chefe do Governo, para lhe ofe-

recer cestas de flores, a sr.^a D. Fernanda de Castro entregou ao sr. dr. Oliveira Salazar uma mensagem de agradecimento, pelo seu carinho pelos Parques Infantis, assinada pelos pais de centenas de crianças e por muitas outras que já beneficiaram daquela iniciativa.

O sr. Presidente do Conselho fotografou-se depois em grupo com todas as crianças às quais agradeceu a manifestação que tanto o penhorara.

Recantos de flôres no alto do Carmo

Aqui há tempos, publicámos uma pequena local com o título de «Lisboa Florida». Faziamos a sugestão de aproveitar alguns recantos da capital, para os encher de flores, canteiros e alegres. A cidade, tão clara e de céu tão limpo, tem sofrido demais a perseguição da cor escura da tristeza, das sombras das vielas, dos saguões e das escadas sordidas. Mas não devemos deixar de salientar que uma das campanhas da cidade, nos últimos anos, tem sido a do bom gosto e a do asseio. Há muito que fazemos — mas temos feito alguma coisa. E queremos salientar hoje, precisamente, que fomos escutados naquela sugestão.

Verificamos, assim, que passar agora pelo elevador de Santa Justa, que estão a ser preparados alegres em volta do Mosteiro do Carmo dentro de uma ideia verdadeiramente feliz e que muito contribuirá para dar uma nota alegre e de bom gosto, em local tão austero.

Pela forma como está organizado ali o serviço de subidas e descidas de passageiros dos «electricos», o terreno agora roubado para os alegres não faz falta nenhuma e valorizará muito o local.

Como se sabe, este local, que pertence à Câmara, foi alugado à Carris, tendo agora aquela entidade solicitado autorização à sua incumbência, no sentido de serem ali preparados os alegres que, dentro de semanas, devem estar concluídos.

*Gente nova,
novos métodos*
SERVIDOS POR
VELHA EXPERIÊNCIA



CARIMBOS
CHAPAS
ESMALTADAS
TIMBRES
GRAVATURAS

60 ANOS DE ESPECIALIZAÇÃO RECOMENDAM-VOS A CASA

FREIRE GRAVADOR
R. DO OURO, 158 - 164 - LISBOA

A crise francês

Confiando ao general De Gaulle, por unanimidade, o encargo de constituir e chefiar o novo governo francês, a Assembleia Constituinte recentemente eleita pelo povo daquele país quis prestar uma homenagem simbólica e merecida ao homem que soube, melhor do que ninguém, interpretar o espírito de resistência indomável da França. Verdadeiramente, o dia da libertação não foi para os franceses aquele dia sufocante de agosto de 1944 em que a multidão, acumulada nas ruas de Paris, aclamou, com delírio, as forças que acabavam de entrar na cidade. Foi o dia distante de junho de 1940 em que a voz vibrante de um soldado chamou todos à compreensão exacta das realidades e ao cumprimento rígido do dever.

Depois disso, o general De Gaulle conheceu um calvario prolongado de quatro anos, ao longo dos quais viu o seu caminho semeado de dificuldades e obstáculos de ordem partidária, nacional e internacional, que seriam de molde a fazer desistir um espírito menos apegado à luta e menos consciencioso das responsabilidades que voluntariamente assumira. Desses obstáculos e dificuldades, mais do que uma vez suscitados por compatriotas e aliados, soube ele desembaraçar-se com o pensamento de restituir a França à sua missão tradicional.

A experiência do general De Gaulle

Esta folha de serviços impecável bastará para dominar as condições políticas em que está a decorrer, neste momento, a vida da França? E' evidente que o prestígio pessoal do general De Gaulle se conserva intacto e que os seus contactos com os partidos lhe deixam uma experiência que ainda não deixou de se valorizar, desde as horas incertas em que foi obrigado a combater o oportunismo de Darlan e o apaziguamento de Giraud, ambos suscitados mais por interesses estrangeiros do que por aspirações nacionais. Essa experiência está, de novo, sujeita a uma rude provação, ao fim da qual o temperamento pessoal do indigido chefe do governo francês terá de travar um combate definitivo com os seus adversários, os quais se recrutam em quantidade apreciável entre aqueles que o designaram.

Corresponde a unanimidade verificada na designação do nome do general De Gaulle a uma realidade política incontroversa, prestes a desentranhar-se em actos de governo firmes e coerentes? Ou, pelo contrário, trata-se duma simples e merecida manifestação de agradecimento e de uma finta tornada necessária pelo reconhecimento do seu incontestável prestígio pessoal?

As exigências dos partidos

As condições postas pelo general De Gaulle para constituir o novo governo francês são simples e irremovíveis: apoio constante e sincero dos três grandes partidos representados na Assembleia Constituinte, criação dos alicerces em que deve assentar a Quarta República, unidade nacional como fundamento da acção que se propõe desenvolver no plano internacional. Não é fácil satisfazer essas condições. O antagonismo entre o partido comunista, que alcançou a maior representação na Assembleia e o movimento M. R. P. e o carácter flutuante do partido socialista revelaram-se até agora suficientemente fortes para fazerem malograr todas as tentativas envidadas no sentido de criar uma plataforma para dar satisfação às exigências do general De Gaulle.

A desconfiança instintiva das massas em relação ao M. R. P., o erro inicial dos socialistas, refugiando-se na pesquisa ilusória dum programa que seria um compromisso inviável, e a tenacidade posta pelos comunistas na eliminação dos seus mais directos adversários, os cristãos sociais (é esta a designação preconizada por Maurice Schuman, para o movimento de que se tornou o mais activo inspirador) limitam o quadro parlamentar em que o general De Gaulle procurará erguer o edifício do novo governo. Essa limitação é essencial para o desfecho das suas diligências e para o futuro imediato da França. Os próximos dias, talvez as próximas horas, darão uma resposta clara à ansiedade e à curiosidade que, por toda a parte, continuam a ser os sentimentos predominantes na apreciação do caso francês, o qual excedeu, há muito, o âmbito das fronteiras da França.

C. F.

A homenagem de ontem a Palmira Bastos

Palmira Bastos, por iniciativa do Sindicato dos Artistas Teatrais, foi ontem cumprimentada e saudada, na sua casa da rua Braancamp, tendo o prazer de ver em roda de si actores e actrizes, dramaturgos, jornalistas, admiradores e amigos — em suma, quantos apreciam seu talento e a sua arte de grande comediante, a sua gentileza, os primores do seu espírito, o seu culto das belas criações que purificam a vida como a fornalha faz aos metais.

Sentiu intimamente que, após a sua gloriosa carreira, nada perdeu do que de direito lhe pertence — o seu acatado nome, a sua graça perene de artista e mulher, e essa coisa subtil, misteriosa, que é a fina flor do êxito, isto é: o poder de atrair e de dominar, por simpatia pessoal.

As primeiras flores que chegaram à sua casa da rua Braancamp foram enviadas por Amélia Rey Colaço e Robles Monteiro e eram acompanhadas duma carta em que os empresários de Palmira Bastos lhe manifestavam todo o seu respeito e solidariedade, dizendo-lhe que estavam a seu lado de alma e coração e só por motivo de trabalho intenso que têm de desenvolver com os preparativos para a inauguração da época é que não puderam comparecer em pessoa.

Outros artistas e admiradores de Palmira Bastos, que não puderam comparecer manifestaram-lhe a sua admiração por carta ou telegrama.

O «Diário de Lisboa» apresenta-lhe as suas sinceras homenagens, desejando que Palmira Bastos seja mocidade e primavera do Teatro português.

Este numero foi visado
pela Comissão de Censura

VER PARA OS OUTROS

«El Terrible Perez» começou a escrever as suas memórias — «Meio século a ver touros», não para, à maneira de despedida, recordar o passado, mas para galopar com menos peso, a caminho do futuro. O que já viveu garante-lhe a posse tranquila duma herança — a distribuir pelos seus leitores — e a tentação duma cavalgada maior, na aventura tauromáquica que é prodígio em episódios e histórias singulares. Rogério Perez — é ele o homem suave e discreto que assina, zarzuelesamente, «El Terrible Perez» — fixou, entre os espectáculos dignos da sua retina, o mais gritante e retumbante — a corrida de touros. Nasceu fadado, por graça das musas, para um ramo de crítica em que as farpas se transformam em finos alfinetes. «El Terrible Perez» rojeia com a sua caneta, agradando ao touro, ao toureiro, ao público e ao empresário. Diz a verdade, até a mais amarga, mas sem ferir ninguém. No «Diário de Lisboa», há vinte e cinco anos, ele cultiva a tauromáquia como outros cultivam o seu jardim. Uma vez correu mundo que tivera duro pugilato, á porta duma praça, dando e levando com galhardia.

Quem ousara arripiar-lhe a juba de seda? perguntaram os seus amigos, entre discretos e inquietos.

Batera-se, a murro seco, com um crítico que, como se sabe, é o bicho menos sociável e mais rispido que se conhece. Coração aberto, alma sem rancores, decorridos alguns meses, esmagou o seu adversário com tal abraço de reconciliação que correram lágrimas à mistura. Cremos ser este o único caso belico a registar na sua carreira de Rodamonte.

Perante o redactor, na lide brava das reses que não temem nem o ferro nem a morte, podemos considerá-lo especta-

dor n.º 1. Presença o espectáculo — observando, sorrindo e comentando — com o ar tranquilo de quem contempla uma preciosa janela mourisca. Em companhia de Cañero, seu amigo e seu criador de emoções raras, conseguiu levar touros a Paris, dando a capital do espírito o gosto do sangue rubro. Os parisienses deliraram, julgando que «El Terrible» era uma ressurreição do próprio Nero, incendiário e assassino. Desenganaram-se, exclamando:

— «Qu'il est doux, gentil et ami des bêtes sauvages!»

Nas «Arènes de Lutèce», alcançou a cúpula do êxito atirando a todas as direcções terrestres o nome de Cañero «joineador» sem igual. Não falta hoje quem se dedique à improba tarefa de tirar uma filosofia da festa brava.

«Que significa o touro? Que estética o consagra entre as formas da beleza?»

El Terrible» demora a vista sobre os inventores de crueis enigmas e responde-lhes ironicamente:

— «O touro é a beleza feita furor e o toureiro o artista que extrai do furor, a palpitante e a sangrar, uma obra prima».

Do seu livro «Meio século a ver touros» deduz-se imediatamente: 1.º que o seu autor fala do assunto em que é mestre, com ritual gravidade, prendendo as atenções e despertando vocações; — 2.º que desdenha do emprêgo do tempo na banalidade mesquinha e pobre do dia-a-dia, ateando pelo contrário nas turbas o crepitar ardente das vibrações agudas em que se compraz o instinto; — 3.º que, ao sondar em profundidade as suas memórias, reacende nelas o sopro de mocidade que floriu em nós, quando a nossa existência, como um harmónio, derramava sonho, alegria e paixão. — TONIUS

Companhia Colonial de Navegação

PAQUETE

«Mousinho»

Sairá em fins do corrente,
para:

Bissau, S. Tomé, Sazaire, Luanda e Lobito, com escala por Leixões e Funchal.

As passagens para o **FUNCHAL** só são atendidas depois de satisfeitos os pedidos para a **Africa**.

VAPOR

«Lugela»

Sairá em fins do corrente
para:

S. Vicente, Praia, Ponta Negra, Matadi, Luanda e Lobito, com escala por Leixões.

PAQUETE

«Serpa Pinto»

Sairá em 8 de Dezembro,
para:

Rio de Janeiro e Santos.

Para tratar:

LISBOA — Rua do Instituto Virgílio Machado, 14
Telefone 2 0051

PORTO — Rua do Infante D. Henrique, 9
Telefone 2342

MERCADO DE PELES E MALAS

RUA DOS FANQUEIROS, 286
Telefone 2 9968

Malas - Carteiras - Cabardines
AO PREÇO DO FABRICANTE

Os modelos mais recentes

PELES DE TODAS AS CATEGORIAS

Policlinica da Rua do Ouro

Entrada: Rua do Carmo, 93, 2.º

TELEFONE 2 6519

Med., coração e pulmões—Dr. A. Narciso, 5 h
Cirurgia, operações—Dr. Bernardo Vilar, 5 h
Rins, vias urinárias—Dr. M. Magalhães, 1 h
Pele e sífilis—Dr. Correia Figueiredo, 6 h
Doenças nerv., electroterapia—Dr. R. Loff, 3 h
Doenças dos olhos—Dr. Mario de Matos, 2 h
Estomago e intestinos—Dr. Mendes Belo, 4 h
Garg., nariz, ouvidos—Dr. Afonso Simão, 3 e 30 h
Doenças sr.ªs operações—Dr. C. Afonso, 3 h
Doenças das crianças—Dr. G. Coelho, 5 e 30 h
Boca, dentes, prótese—Dr. A. Lima, 2 h
Raio X—Dr. Alou Saldanha, 4 h
Fisioterapia—Dr. Mario Jacquet, 4 h
Análises clínicas



DAGOS EM 6 EM 24 MESES
12, 18 E

ESTA NOVA MODALIDADE RESOLVE O PROBLEMA DAS PESSOAS QUE NÃO PODEM OU NÃO LHE CONVENIR PAGAR, A PRONTO E QUE DESEJAM ADQUIRIR UM BOM RELOGIO. AGORA, PODEM OBTÊ-LO, PAGANDO-O SEM SENTIR, EM PRESTACÕES ATÉ 24 MESES.

SÃO MARCAS DE CATEGORIA, DE CONFIANÇA, DE VALOR E DE LINHAS MODERNAS. REVELAM O BOM GOSTO DE QUEM AS PREFERE — DÃO DISTINÇÃO A QUEM AS USA.

EXPOSIÇÃO E VENDAS DIRECTAS

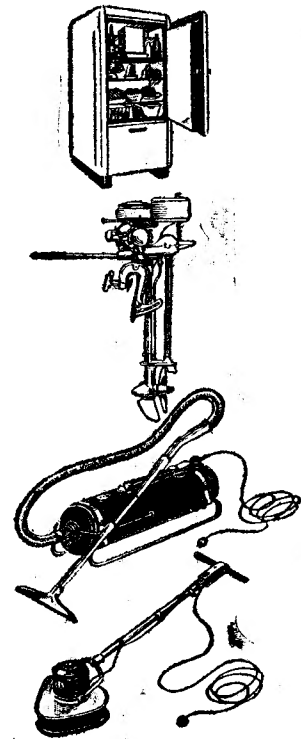
ESCRITÓRIO DOS **Irmãos Cardoso, F.ª**
R. DA VITÓRIA, 73. 1.ª FRENTE (ESQ. DA R. DO OURO)

Eva

de todas as marcas, ficando como novas, por técnicos especializados, pelo sistema americano de alta precisão. Aparos de ouro ou metal, molas, borrachas, válvulas, pistons e todas as peças sobressalentes

PAPELARIA da MODA

167-R. DO OURO-173-LISBOA



Chegaram novas remessas de:

FRIGORIFICOS

a gás, electricidade ou petróleo a partir de Esc. 4.700\$00

Motores de fora de borda

para uso profissional ou recreio a partir de Esc. 4.900\$00

Aspiradores de pó

a partir de Esc. 1.490\$00

Enceradoras eléctricas

a Esc. 2.170\$00

PEÇA CATALOGOS E CONDIÇÕES DE VENDA A

ELECTROLUX LIMITADA

LISBOA
Avenida da Liberdade, 141
Telef. 2 8246

PORTO
Praça da Liberdade, 123
Telef. 2033

VINHOS

DA REGIÃO DE TOMAR

Da casa **VICENTE, CORREIA & CAMPEAO**

Tintos, Palhetes e Brancos
das qualidades

CORRENTE E ESPECIAL

Estes excelentes vinhos encontram-se à venda em garrafas de 5 litros nos estabelecimentos abaixo indicados

Azeite da mesma região

Nos mesmos estabelecimentos encontra V. Ex.ª este optimo produto.

Adquirir estes dois géneros é V. Ex.ª ter a certeza de consumir alimentos de absoluta confiança e de primeira qualidade.

Avenida Duque d'Avila, 38-G.
Rua Cavaleiro de Oliveira, 47-B.
Rua Saraiva de Carvalho, 179-A.
Rua Morais Soares, 52-A.
Avenida Sacadura Cabral, 38-D.
Rua Francisco Rodrigues Lobo, 1-A.
Rua Rodrigo da Fonseca, 145-B.
Avenida Almirante Reis, 204-A.
Rua dos Lusitãos, 80-A.
Avenida da Republica, J. S.
Rua Voz do Operário, 50.
Rua Ponta Delgada, 61-B.
Rua da Bica Duarte Belo, 56.
C.º do Forno do Tejolo, 73-E.
Avenida Pedro Alvares Cabral, 28-C.

C. M. L.

Semente de acácia espinhosa

Em 6/12, às 11 h., realiza-se, nos Paços do Concelho, a hasta publica para a venda de semente de acácia espinhosa, existente nas árvores da Av. Sacadura Cabral.

As condições serão publicadas no «Diário Municipal», estando patentes na 2.ª Rep. da D. S. F. (R. S. Julião, 190, 4.º), todos os dias uteis, das 11 às 17 h.

Lisboa, 14/11/45.

O Presidente, a) *Salvação Barreto*.

Empresa Insulana de Navegação



O PAQUETE

«Carvalho Araujo»

Para Madeira, S.ª Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa, (Praia), S. Jorge, (Velas), Cais do Pico, Faial, Flores (Lagens e Santa Cruz) sai no dia 23 de Novembro, às 15 horas.

AVISO:—Os liquidos, cargas d'estiva e as que possam causar avarias ás outras mercadorias devem estar á borda até ás 17 horas do dia 20 e todas as outras cargas até á mesma hora do dia 21.

Quando por motivo justificado tenha de ser recebida fora daqueles prazos, pagará a sobretaxa de 20 %.

Os srs. passageiros devem apresentar as suas bagagens de porão na Delegação Aduaneira de Santos, até ás 15 horas do dia 22 a-fim de serem verificadas.

Passagens de 1.ª e 2.ª classes trata-se na Rua Augusta, 152—Telefone 2 0216.

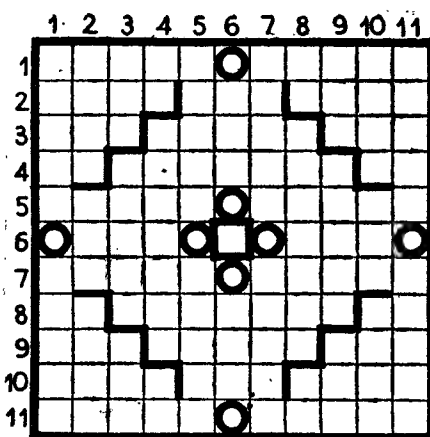
Carga e passagens de 3.ª classe na Avenida 24 de Julho, 2, 2.º—Telefone 2 0214.

OS AGENTES:

Germano Serrão Arnaud

PALAVRAS CRUZADAS

PROBLEMA N.º 1144



HORIZONTAIS: 1—Iniciais da grande organização americana de socorro mundial. Canção para acalantar. 2—Também. Calamidade. Sul-africano de origem holandesa. 3—Passado. Bebedeira (pop.). Ribeira do distrito de Portalegre que, com outra, forma o Sorraia. 4—Piedade. Natural de Seia, Laço. 5—Aguça. Bastante. 6—Ice. Som. 7—Capital da Áustria. Com muita idade. 8—Conjunção. Infantil. Artigo (ant.). 9—Único. Que não ouve. Pedra do altar. 10—Corcunda. Tritura com os dentes. Prender-se com as gavinhas. 11—Grainha seca de uva. Acaricie.

VERTICAIS: 1—Levemente molhada. Rio dos distritos de Viseu e Aveiro. 2—Nascido. Progenitor. Ligar. 3—Curso natural de água. Cidade e porto de mar da América do Norte. Grande rio da Sibéria. 4—Reis (abrev.). Que duram muitos anos. O mais (ant.). 5—Suave. Que não tem cauda. 6—Decametro quadrado. Eirós. 7—Discípulo. Vasta península da Ásia meridional. 8—Símbolo químico do nióbio. Cérco. Preposição. 9—Uma das Cidades, entre Naxos e Santorini. As pessoas mais distintas. Acolá. 10—Elemento que existe no ar. Preposição e artigo (pl.). Pertenciam. 11—Gênero racionalizado. Interjeição que designa satisfação.

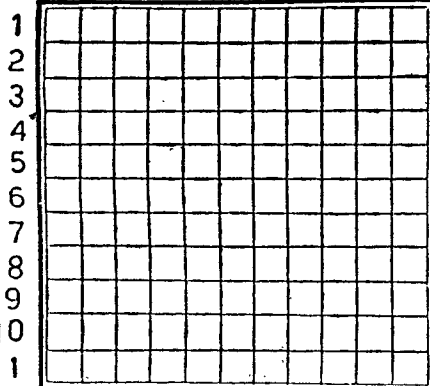
SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 1143

HORIZONTAIS: 1—Celas. Cruas. 2—Ave. Uma. Iró. 3—Rã. Mas. Ar. 4—Trinara. 5—Ereó. Arre. 6—Expressão. 7—Luar. Silo. 8—Sibilas. 9—Ri. Ana. Ag. 10—Nau. Com Pia 11—Astro. Agias.

VERTICAIS: 1—Carpe. Lerna. 2—Eva. Reu. las. 3—Lê. Texas. Ut. 4—Próprio. 5—Sumi. Baco. 6—Manuelino. 7—Casa. Lama. 8—Gras-sar. 9—Ui. Arais. Pl. 10—Ara. Rol. Ará. 11—Sorte. Osgas.

PROBLEMA N.º 181 (NOVA MODALIDADE)

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11



HORIZONTAIS: 1—Pássaro dentirostro. 2—Interjeição. Campeões. 3—Braço navegável de rio. Parte superior do chapéu. Virtude teológica. 4—Satélite de Júpiter. Andava. Arpeiam. 5—Branquear. Olá! 6—Alôncica. Assolam. 7—Visceral dupla. Balela. 8—Impedi. Em a. Doutor. 9—Artigo definido. Dolmen. Filtra. 10—Prendeis com as gavinhas. Lavrar. 11—Fornada.

VERTICAIS: 1—Relativos a tarifas. 2—Suco das cápsulas de diversas espécies de papoilas que serve para narcótico. Intuíto. 3—Larva que se cria nas feridas dos animais. Aufferi alimento. Preposição. 4—Pronome pessoal. Cada uma das partes dissociadas pela corrente eléctrica. Fardo. 5—Espingardas curtas. 6—Negativa. Tílias. 7—Austera. 8—Reduzir a gelo. Amarra. Preposição latina que designa direcção. 9—Réis. Açôr com menos dum ano. Não cozido. 10—Alocução. Transmitir gratuitamente a outrem. 11—Relembra.

T. S. F.

Reparações em toda a classe de receptores por muito difíceis que sejam, executam-se na bem conhecida

ELECTRO-LISBOA, L. DA

Basta telefonar e, sem mais incomodos, V. Ex.ª receberá o seu Rádio devidamente afinado

ORÇAMENTOS GRATIS

246, 248, RUA AUGUSTA — Tel. 20568

O MOMENTO POLITICO

Fala o dr. Lima Alves

sobre o futuro do Movimento de Unidade Democrática

(Continuação da 1.ª pag.)

actualmente recenseados para o dos cidadãos actualmente recenseáveis.

—Recenseou-se quem quis...
—Claro. Mas sabe-se bem que poucos queriam recensear-se porque poucos se interessavam em concorrer a eleições como elas se faziam.

Na sequência de um raciocínio:

—A longa argumentação do Presidente do Conselho deixa, pois, inatacadas as reclamações aprovadas no Centro Almirante Reis. E, que, na verdade, o problema do momento foi agora e tem sido sempre deslocado pelo Governo e pelos seus propagandistas. O problema do momento é apenas o das eleições para deputados a uma Assembleia Nacional com poderes e funções especialmente restritas; o problema discutido pelo Governo e pelo seu partido é o do sistema político em vigor, principalmente na sua comparação com o período de regime republicano de 1910 a 1926. Mas eu pergunto em que é que tal discussão pode interessar, para se saber se as eleições a realizar agora obedecem ou não aos princípios jurídicos, políticos e morais que estão contidos na própria essência do acto. Que tal discussão se estabelecesse para ilustrar a decisão de convocar ou não os collegios electorais, de dissolver ou não uma Assembleia em funções, de manter ou não um regime antagónico do que vigorava até 1926, isso compreendia-se. Mas estas decisões foram já tomadas, estes problemas foram já ultrapassados. O Governo entendeu que devia proceder a eleições e tomou a sua decisão independentemente da oposição, que a não sugeriu e que a desconheceu mesmo até ela ter sido publicamente anunciada.

O problema do momento

E o nosso entrevistado desenvolve o seu juízo, formulando uma pergunta a que logo responde:

—O problema actual é restritíssimo e da inteira responsabilidade do Governo. As eleições são uma consulta à vontade da Nação ou são mera formalidade através da qual o Governo pretende simultaneamente legitimar-se e impedir que a vontade da Nação se manifeste? Respondo com profundo desgosto, mas, sem nenhuma hesitação, que o Presidente do Conselho atestou que se verifica a segunda hipótese.

—Como fundamenta essa conclusão?

—O Presidente do Conselho demonstrou que considera intangível o domínio de todas as ideias políticas oficiais e que as defenderá contra tudo e contra todos. O meu desgosto provém de ver o Presidente do Conselho assumir esta posição partidária, de o ver usar de processos de exposição dos quais voluntariamente afasta a clareza; de o ver furtar-se aos aspectos essenciais dos problemas em estudo, tentando submergi-los em raciocínios deslocados; de o ver, enfim, negar as próprias declarações. O desgosto que confesso não é uma fórmula de

cortezia, nem um adoçamento de estilo: é o profundo sentimento de todos os portugueses, que tiveram à vista a salvação de um problema nacional e que o não alcançaram porque o Governo da Nação agiu com espírito e intenções partidárias.

—Considera, então, uma oportunidade perdida...

—Considero, com desgosto o respiro. E deixo-me dizer-lhe que não creio que na nossa história tivesse havido alguma vez, pelo menos no nosso século e no anterior, momento político de tão nobre elevação como este que acabamos de viver. A oposição apresentou as suas reclamações e agiu com profunda emoção patriótica. Constituída por correntes doutrinações diferentes, mas unificadas por objectivo comum, não foi ela que procedeu com intuíto meramente partidários. Aqueles que de tudo têm sido insultados suportaram os insultos, recalcararam as humanas reacções e lutaram sempre com os olhos postos nos superiores interesses da Nação; aqueles que se proclamam únicos detentores dos sentimentos patrióticos combateram violentamente com os olhos postos no seu partido.

Numa expressão de amargura:

—É possível que eles próprios não compreendam que assim fizeram... Sofrem de nefasta paixão: consideram que são eles e eles só a Nação; consideram os interesses do país confundindo-os com os seus próprios interesses; consideram ou dizem considerar contra a Nação o que é apenas contra a sua facção. Já vê que o desgosto é sincero! E note que, se nos dominasse espírito partidário, estaríamos bem contentes porque um dos objectivos essenciais do movimento em que tenho colaborado entusiasticamente foi atingido por completo: demonstrar a diferença entre a lei e a sua execução, entre as afirmações e as intenções, entre o fundo e a forma. A demonstração está feita: há, no nosso país, duas existências: uma de aparência, outra de realidade; uma talvez brilhante, outra com certeza sombria. Com a aparência e o brilho conduzem-se as massas menos conscientes ou mais docéis; com a realidade e os meios ocultos, conduzem-se os restantes. Nós já sabíamos que era assim: mas quisemos que, com dignidade para todos, deixasse de ser ou, então, que o verdadeiro aspecto da nossa actual política fosse exibido. Conseguimos a alternativa: como «partidários», poderíamos estar contentes; como portugueses, estamos desgostosos.

A questão do programa

—Há a considerar a acusação que se faz de não ter a oposição apresentado o seu programa...

—Precisamente, talvez por conhecermos antecipadamente o genero de luta a que estávamos submetidos, tivéssemos usado de prudência muito especial no que se refere a programas. É certo que, logicamente, nenhum programa tinha-

mos obrigação de apresentar; a nossa conclusão final podia ser—como foi—a abstenção e quem se abstem não é obrigado a mais do que a defesa dessa atitude. Mas também é verdade que nada impediria, normalmente, que as ideias que formamos acerca da futura orientação política e administrativa da Nação viesse a publico, pelo menos, nos seus tópicos essenciais. Mas eu pergunto a todas as pessoas de boa fé: sem qualquer garantia de podermos sustentar e defender livremente os nossos pontos de vista, teríamos o direito de sujeitar às arremetidas dos adversários os programas elaborados? Lembremo-nos de que, hoje, falamos mais livremente, mas sem que nada nos garanta a continuidade da situação. Discutir problemas fundamentais, quando a censura nos pode calar de um momento para outro? Quando a reunião é difícil e pode tornar-se impossível de um momento para outro? So o faria quem não tivesse noção das próprias responsabilidades.

A questão de governo

E esclarecendo:

—De resto, só me refiro aos programas das correntes doutrinações que colaboram no M. U. D., não me refiro ao próprio programa do movimento, porque a posição dele perante o futuro imediato esteve sempre claramente posta: aceitar qualquer governo, fosse ele qual fosse, desde que deferisse as reclamações do Centro Almirante Reis. E a esse governo, até as eleições, pediria apenas a manutenção da continuidade da administração, a garantia das liberdades publicas, a manutenção da ordem. Nenhuma reforma profunda seria exigida e apenas se desejaria a adaptação da administração a um espírito mais liberal, mas apenas dentro das possibilidades de momento.

—O sr. Presidente do Conselho falou da falta de justiça para com os seus actos de governo.

—É verdade. E digo-lhe que ninguém gostaria mais de a prestar do que eu próprio. Mas só poderemos louvar quando tivermos meios suficientes de ajurar. S. Ex.ª sabe bem que a sua propaganda nos canta hinos igualmente entusiasticos a todos os seus actos, sejam eles grandiosos, banais, ou mesmo errados. Nós não estamos dispostos a julgar sobre tal depoimento. Não basta saber o que há feito: há que definir como o foi, porque o foi e com que resultados. Posta de parte a propaganda oficial, só o contacto com os dados técnicos e administrativos dos problemas nos permitirá julgar: e esses sabe S. Ex.ª que não têm sido exibidos com imparcialidade. Veremos e julgaremos: pôde S. Ex.ª ter a segurança de que verdadeira justiça lhe será feita. Mas S. Ex.ª está no poder e é poderoso. Tem assistido a um montão de injustiças praticadas para com a oposição e, nas suas entrevistas, veio acumular outras ou, pelo menos, sublinhar com a sua autoridade, as já cometidas. Aquilo que nós só poderemos fazer no futuro pôde S. Ex.ª fazê-lo desde já. Também gostaríamos que S. Ex.ª exercesse essa faculdade, que, moralmente, é um dever: também queremos receber justiça.

Uma pergunta final:
—O movimento considera terminada a sua missão, por não terem sido atendidas as reclamações que formulou?

—Temos a intenção de continuar a luta do Movimento de Unidade Democrática. Emquanto nos for consentido, a nossa luta continuará: a luta para que Portugal seja de todos os portugueses.

Vinho do Porto e Brandy

CORRÊA RIBEIRO

A' venda em toda a parte

Agente C. CALDERON DINIZ

Alameda D. Afonso Henriques, 76-A

Telefone: 51764



TORRE EIFFEL

Gabardines

impermeáveis, as melhores qualidades, preços sem competição.

Rua do Carmo, 104-106



At the ultimo figurino

Inaugurou a estação de inverno e continua com passagem de uma riquíssima colecção de modelos

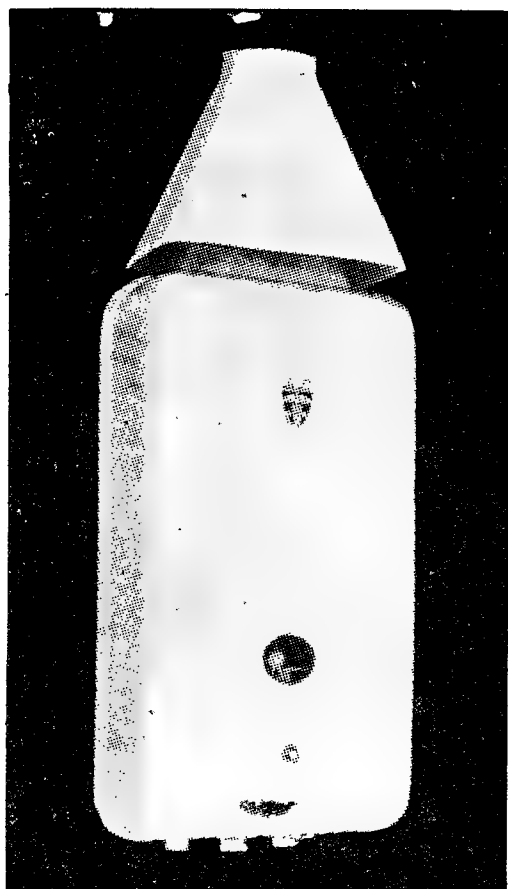
ENTRADA POR CONVITES

20-Rua Garrett-24

MERKER

FABRICAÇÃO SUÍSSA

SEGURANÇA
ECONOMIA



PERFEIÇÃO
BELEZA

O ESQUENTADOR-DISTRIBUIDOR

DE

REPUTAÇÃO MUNDIAL

MODÉLOS PARA GAZ «CIDLA»

TEMOS O PRAZER DE ANUNCIAR
A CHEGADA DE UMA PEQUENA REMESSA

Em Exposição: RUA DE S. PAULO, 142

CAMISAS POR MEDIDA

De seda natural, suíça, de lã, de linho, popelines inglesas e nacionais. Manda-se mostruário aos clientes de Lisboa. Telefone 50789, Av. Conde de Valbom, 108, 1.º, Dt.º.

Dr. FERNANDO DE LACERDA

FALECEU

A Direcção e o pessoal da Aliança Mutualista participam aos associados e amigos o falecimento do Cirurgião da Colectividade, Dr. Fernando de Lacerda, cujo funeral se realizou hoje, pelas 14 horas, da Igreja Sagrado Coração de Jesus para o Cemitério dos Prazeres, não tendo feito mais cedo esta comunicação por só, tardiamente, ter tido conhecimento de tão infausta notícia.

Lâminas «Official»
ATENÇÃO

Os depositários desta conhecida lamina americana, informam o comércio e o publico em geral de que receberam pelo vapor «Alexandre Silva» mais 100.000 laminas «OFFICIAL», de fabrico após guerra, fabrico especial e esmerado.

Esta lamina de aço azul é a mais barata e que mais barbas faz.

TABACARIA PACHECO

Rua da Madalena, 239

Dr. Fernando de Lacerda

A Direcção da Companhia de Seguros Douro cumpre o doloroso dever de participar a todos os ex.ºs accionistas, amigos e clientes o falecimento do seu muito estimado cirurgião Dr. Fernando de Lacerda, cujo funeral se realizou hoje, pelas 14 horas, da igreja do S. Coração de Jesus para o cemitério dos Prazeres.

Dr. Fernando de Lacerda

A direcção da Companhia de Seguros Tagus cumpre o doloroso dever de participar a todos os Ex.ºs accionistas, amigos e clientes o falecimento do seu muito estimado cirurgião Dr. Fernando de Lacerda, cujo funeral se realizou hoje, pelas 14 horas, da igreja do S. Coração de Jesus, para o cemitério dos Prazeres.

AS BODAS DE PRATA

da casa F. H. de Oliveira & C.ª

Faz hoje cinquenta anos que foi fundada uma das mais importantes casas de Lisboa: a firma F. H. de Oliveira & C.ª, Limitada, cuja acção comercial e industrial tem sido notabilíssima.

Para comemorar o acontecimento, os seus proprietários reuniram, num almoço—que se realizou na Casa do Alentejo—não só os seus colaboradores, mas numerosos clientes e amigos que saudaram a sua útil e incansável actividade e os seus processos comerciais.

**ALUGAM-SE
PIANOS**

Custódio C. Pereira & C.ª
Rua do Carmo, 11 — Lisboa



**Mário Mendes
de Mascarenhas**

Maria Manuela Ribeiro dos Santos Mascarenhas, Mário Augusto Lemos de Mascarenhas, Maria Luiza Ribeiro dos Santos e mais familia, cumprem o doloroso dever de comunicar que foi Deus servido chamar á sua divina presença seu querido e amado esposo, pai, cunhado e parente, e que o seu funeral se realiza amanhã, pelas 11 horas, saindo da sua residência, Rua Carlos Mardel, n.º 1'2, 1.º, para o Cemitério Oriental.

Agencia «SRAF»

SETUBAL



Mário de Abreu Estêves

FALECEU

Ernestina de Abreu Esteves, Antonio Luiz Esteves, Maria Guilhermina Esteves Sousa Bento e seu marido, e mais familia, participam o falecimento do seu querido filho, irmão, cunhado, sobrinho e primo, e que o seu funeral se realiza amanhã sabado, saindo da Se de Coimbra para Setubal, onde chega pelas 15 (quinze) horas.



José Jesus Ramos

FALECEU

Maria Odete Pinheiro Ramos e filha, José Joaquim Gonçalves, esposa, filhas e genro, e mais familia participam o falecimento do seu querido e chorado marido, pai, filho, irmão, cunhado e parente e que o seu funeral se realiza amanhã, pelas 11 e 30, da Rua B. (á Rua Lopes), 7, r/c. esq., para o cemitério do Alto de S. João.

AGENCIA ALMEIDA

VIDA ARTISTICA

A grande exposição Roque Gameiro última homenagem ao mestre da aquarela

Lentamente, mas com segurança, vai-se preparando a grande exposição monumental do mestre Roque Gameiro. O inigualável artista, que traduziu, como nenhum outro, nas suas aquarelas, não só o carácter idílico da nossa terra, mas ainda a expressão das suas gentes, como que morreu a trabalhar. Daí uma série enorme de quadros, muitos dispersos, em Portugal, carinhosamente guardados pelos colecionadores, outros espalhados além fronteiras, nomeadamente, no Brasil, Inglaterra, França e Alemanha. No entanto, a grande exposição retrospectiva, que se realizará, no próximo ano, deve reunir um belo contingente de trabalhos. Entre outros, já se inscreveram os seguintes colecionadores que, fielmente, participam na derradeira homenagem ao grande mestre da aquarela:

Pedro Costa, Karl Anderson, dr. Estolano Ribeiro, dr. Francisco Gentil, dr. Fernando de Almeida, dr. Gomes da Costa, dr. Teles Machado, A. Somer, Guilherme Pinto Basto, Carlos Spratley, Carlos Esaiag, Posser de Andrade, Eduardo Gomes, Eduardo de Noronha, José Coelho da Cunha, herdeiros de Frederico Pinto Basto, dr. José Manuel Ribeiro, José de Abreu Reis, D. Luiz Ottolini, dr. Carlos França, dr. Clarimundo Emilio, José Maria Alvares, dr. Salgueiro de Almeida, Jaime Verde, Delfim Guimarães, J. Santos Matos, Henrique Marques, Alexandre Matos, etc.

Está a escrever-se aos colecionadores do Porto, e muitos são, para que emprestem os trabalhos que possuem.

Há, porém, obras-primas de Roque Gameiro, que ainda não apareceram. Entre outros, lembramos aquelas grandes marinhas, de inesquecíveis areais, e numerosas paisagens e costumes que gostaríamos de tornar a ver. Num catálogo antigo, ao acaso, encontramos nota destes quadros:

«Mar de espuma», «Capela da Arrifana», «Vinha no outono», «A ponta do Mindelo», «Torres de menagem de Viana do Alentejo», «O castelo de Viana do Alentejo», «Interior da igreja de Viana do Alentejo», «Ribeirinhas», e «Dunas de S. Martinho do Porto».

Porque não concorrem os herdeiros de Carlos Bleck, Hipacio de Brion, Sousa Lara, Pompeo Garrido, Carlos Seixas e outros?

Evidentemente que todos estes trabalhos serão prontamente devolvidos, ficando a sua segurança e conservação a cargo da família do inolvidável artista.

Na exposição retrospectiva figuram vinte aquarelas inéditas, o que constitui um elemento de valioso relevo para o publico e os admiradores de Roque Gameiro.

Oleos e desenhos de Sylvia

Reuniu a sr.^a D. Sylvia Almeida de Aguiar e Santos cinquenta trabalhos de vários géneros, numa exposição da Sociedade Nacional de Belas Artes. Trata-se de uma galeria curiosa e animada, onde a artista, discípula de Veloso Salgado, documenta que não esqueceu as lições do mestre. Sente-se a sua dedicação pela arte, servida por uma vocação que procura exprimir-se através da realidade observada. D. Sylvia de Almeida de Aguiar e Santos promete-nos ainda mais. Trabalha e estuda com afinco, e isso, supomos, são as duas virtudes primárias para revelar o Belo, esse diamante, por vezes, escondido em gangas, e tão difícil de lapidar. O certame tem sido muito visitado, justificando geral e justo agrado.

DESASTRE NUMA SAIBREIRA

VOUZELA, 13.—No lugar do Crosto de Campia, deste concelho, por ter desabado na ocasião um corte de saibro, ficaram feridos Floriano Marques, solteiro, de 19 anos de idade, natural e residente em Alcôbra, e Amadeu Martins Dias, solteiro, natural também de Alcôbra.

O Floriano ficou internado no hospital de Vouzela, para onde foi conduzido, apresentando uma perna partida e fractura duma costela.

O Amadeu sofreu varias contusões, recolhendo a casa depois de pensado. Estes operários trabalhavam por conta da Direcção de Estradas de Viséu.

ANIVERSÁRIO DA MORTE da rainha D. Leonor

CALDAS DA RAINHA, 13.—Comemorando o 420.º aniversário do falecimento da rainha D. Leonor, fundadora desta cidade e do hospital que hoje tem o seu nome, será rezada missa, por alma da excelsa, no próximo sábado, 17, às 12 horas, na igreja de Nossa Senhora do Pópulo.

Há longos anos, que esta cerimónia se não realiza, apesar de fazer parte do compromisso do hospital, celebrarem-se missas por alma da sua fundadora.

A EDITORIAL ÁTICA APRESENTA:

«PORTUGAL-A CÔRTE E O PAÍS NOS ANOS de 1765 A 1767»

DE JOSÉ GORANI
1.º VOLUME DA COLECÇÃO

«PORTUGAL VISTO PELOS ESTRANGEIROS»

DIRIGIDA POR CASTELO BRANCO CHAVES

A presente colecção é de um excepcional valor documental e de uma significativa actualidade para o moderno leitor português, pelo depoimento humano e pelo espirito de observação e de análise que lhe oferecem os viajantes estrangeiros que escreveram sobre Portugal, a sua história e a sua vida social durante o decurso de vários séculos. A narrativa de José Gorani, o célebre diplomata e aventureiro, sobre o Portugal setecentista, o século de Pombal, focando a figura moral e política do grande Marquês, a corte, a vida e os costumes do país, é admirável pelo poder de reconstituição da época e ainda pela observação e análise da vida portuguesa. Edição ilustrada e de cuidada apresentação gráfica. Preço: 25\$00.

Esta magnífica colecção, seriada por épocas, plano e direcção do ilustre escritor e crítico Castelo Branco Chaves, publicará a tradução de textos integrais, prefaciados e anotados. Publicar-se-á a seguir a obra de Costigan sobre a vida social no tempo de D. Maria I e «Portugal em 1842» de Lichnowsky. Seguir-se-ão as obras de Baretli, José Cornide y Saavedra, Dumouriez, Murphy, Link, Beckford, Carrère, Ratton, Du Chatelet, Young, Dobrowsky, Principe de Joinville, Giner de los Rios, Balbi, Rackzynski, Pecchio, Quinet, Fernandez y Gonzalez, etc.

«Santo António na pintura portuguesa do século XVI»

POR LUIZ REIS SANTOS

A edição «Museum», colectanea de vulgarização artística, de grande interesse iconográfico, inicia-se com a publicação do presente volume, que insere um breve mas erudito introito de grande interesse informativo para o estudo da iconografia de Santo António. Edição ilustrada com 16 estampas e uma sugestiva tricromia. Vol. encadernado: 17\$50.

Pedidos a todas as Livrarias do País

EDITORIAL ÁTICA — R. DAS CHAGAS, 25/27 — LISBOA — 20642

ASSISTENCIA INFANTIL na ilha da Madeira

FUNCHAL, 4.—Numa cerimónia simples, mas onde não faltou o alto espirito que a concebeu e realizou, procedeu-se, há dias, à inauguração do Dispensário de Higiene Infantil, iniciativa do município deste concelho e uma das mais importantes realizações do seu presidente, sr. dr. Fernão de Ornelas Gonçalves.

Durante a cerimónia inaugural, falou, entre outros, o governador civil, sr. eng. Vieira Barbosa, que enalteceu o valor da iniciativa, o seu principal realizador, presidente do município e, ainda, quantos com ele colaboraram para erguer este Dispensário, que era uma das maiores aspirações da ilha.

CONFERÊNCIAS

Amanhã, às 22 horas, no Centro Cultural Português, calçada Marquês de Abrantes, 128, 2.º, a sr.^a D. Dinah dos Santos Lima fará uma conferência sobre «Um pouco de vida feminina no passado e no presente: missão da mulher».

24 NOVAS ESCOLAS

O «Diário do Governo» publicou hoje um decreto que autoriza a direcção geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a construção de 24 escolas no distrito de Bragança.

ATLETISMO

Para a formação de uma «equipe» nacional

No momento em que a época de atletismo no mundo está virtualmente terminada e em que todos os países tratam com verdadeiro carinho da constituição das suas representações nacionais, Portugal está ainda num marasmo quanto à formação da sua «equipe».

E' preciso, de ano para ano, aproximarmos dos grandes valores mundiais nesta modalidade. O atletismo português é, de facto, um problema fundamental que se torna, sem dúvida, num problema rácico. A sua solução ainda não está dentro da justa medida.

Quanto a nós, este problema não pode ser episódico; não se pode contar com improvisações para o momento oportuno. As competições internacionais, agora em plena efervescência, podem surgir de um momento para outro, e têm de ser encaradas a sério e muito ponderadas, a fim de não se cair em erros que desfigurem por completo o trabalho produzido até ao presente momento.

Que urge fazer?

Forçar a solução do problema da modalidade, para que ele seja continuo e profundo. Há que apresentar um plano para formar um conjunto nacional, quasi sempre trabalhado e apto a entrar em função. Um país como o nosso, no desportar da modalidade, deve cuidar com verdadeira atenção e estudo tecnico, a questão de um agrupamento de atletas, que traduza de facto o nosso maior potencial desportivo, capaz de, na altura apropriada, representar com dignidade a maxima força do atletismo nacional.

O plano geral da formação deste conjunto de atletas deve estar traçado de ante-mão, embora seja necessário, quando chegar a hora da actividade, avivar um ou outro ponto fraco, consoante as necessidades do momento. Medidas a adoptar para o fim em vista:

—Orientação de um conjunto de atletas por um tecnico especializado (estrangeiro ou nacional, de preferência o primeiro), a fim de coordenar a maxima força da modalidade.

—Assistência e cooperação entre todas as regiões do país, em especial Norte e Sul (Porto e Lisboa), logicamente a base do agrupamento representativo. Exame atento nas restantes capitais de distritos.

—Congregação dos esforços e trabalho dos tecnicos dos clubes do país, e daqueles nomeados para a orientação e treino do conjunto nacional.

—Contacto permanente entre os seleccionados, para que, nas provas colectivas, se obtenha o máximo rendimento. Sub-entende-se como provas colectivas as estafetas.

—Criação de um conselho tecnico para aplanar todas as dificuldades e seleccionar os atletas, congregando os seus trabalhos com os seguintes elementos: tecnico-treinador, monitor, professor de gymnastica e medico.

—Organização de competições preparatorias, no Estádio Nacional (que não se compreende que esteja desprovido de tudo que interessa á modalidade) com vistas á selecção.

Poder-se-ia ainda expor pormenorizadamente um plano geral de trabalho, sobre a necessidade da constituição do conjunto nacional, se não fôsse o espaço limitadissimo; no entanto, diremos que é preciso coordenar as varias peças do sistema, dinamizando-as de forma a conseguir a finalidade exigida, reunindo os conhecimentos de todos num trabalho proficuo, util e a todos os titulos compreensivel. A apresentação de um agrupamento nacional deve verificar-se com todo o poder da sua força, dando nas suas provas praticas a verdadeira sensação de quanto vale o seu poder fisico, a sua pujança e juventude.

E' preciso ter em vista a criação de um quadro que nos dê a imagem viva e palpitante da existência e do nivel do atletismo em Portugal. Quere dizer, é necessario, especialmente, introduzir no nosso país, ainda mais, o amor e a dedicação por esta modalidade—que, afinal, é a base de todo o desporto.

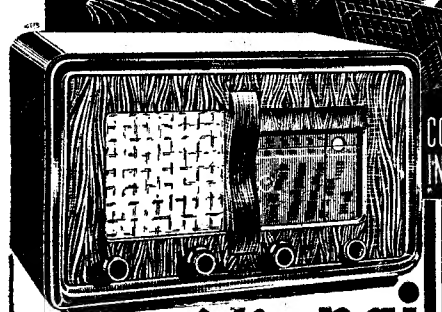
Deve-se estimular os novos, dando-lhe ao mesmo tempo uma oportunidade. E ela estabelecer-se-á espalhando pela provincia uma forte propaganda.

Atleta que revelasse, mesmo embrionariamente, qualidades fora ou acima da craveira normal, deveria ter, após decisão do tecnico responsavel pela marcha do agrupamento português, o seu treino regulado e coordenado com os restantes. E tudo quanto estivesse ligado ao engrandecimento do conjunto nacional deveria ser estudado atentamente.

Portugal precisa cuidar, mais do que nunca, do seu agrupamento nacional. Está sempre em jogo o prestígio da Nação. E o nosso país não pode, nem deve ficar indiferente ao que nos outros países se faz para aumentar o prestigio desportivo.

JOSÉ BATALHA

no campo como na cidade!



um rádio portátil
MODÉLO 436 BAT.

que funciona com BATERIA DE 6 VOLTS e também em corrente alterna de 110 ou 220 volts. O receptor «PALLARD» 436 BAT é a ultima criação desta grande marca suíça, pois representa dois aparelhos num só. Tanto pode ser utilizado no campo com bateria de 6 volts, como pode ser usado com a corrente da cidade. Além disso é dotado de excepcional poder de captação em todas as ondas, bela sonoridade, linda apresentação e preço moderado em relação á sua alta qualidade.

Representante em Portugal: M. SIMÕES JR. - R. da Conceição, 46-1.º - LISBOA
Distribuidores em Lisboa: DAVID J. LOPES L.ª - R. da Prata, 266-1.º
Agentes no Norte: J. CAMISÃO JR. L.ª - R. de Santo António, 206-208 - PORTO

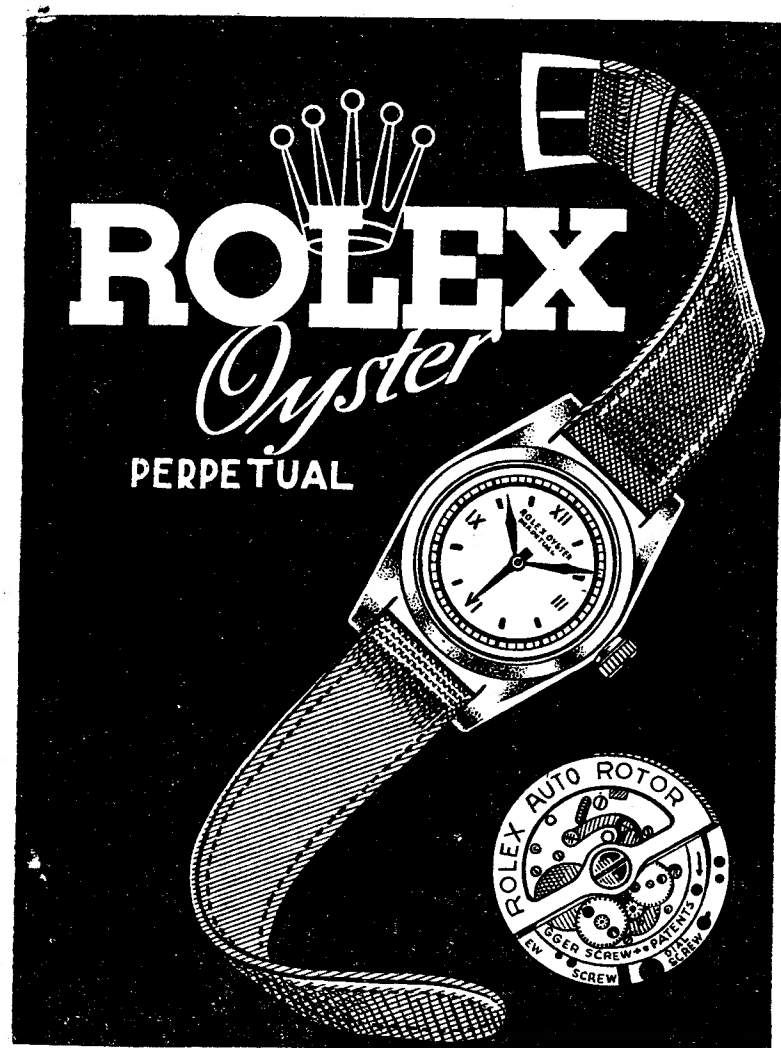
Numa cosinha moderna
é absolutamente imprescindível
uma elegantissima balança



INCA

Encontram-se á venda em todas as boas lojas de artigos de utilidade do país a preços muito módicos

Venda por grosso somente: M. SIMÕES JR. - R. da Conceição, 46, 1.º - LISBOA - Telef. 21672



Fixe bem!

D'EUXLAY ACABA DE LANÇAR NO MERCADO UMA NOVA BISNAGA DO SEU BEM CONHECIDO CRÈME À RASER

BISNAGA GRANDE . . 18\$00
BISNAGA PEQUENA . . 8\$00

CRÈME À RASER D'EUXLAY

EXCLUSIVO DO
CONSÓRCIO GERAL DE PERFUMARIA, L^{da}
UNICOS DISTRIBUIDORES PARA PORTUGAL E COLÓNIAS
LEMAQUE — SOC. DE EXPORT. E IMPORT., L^{da}

POLICLINICA DE ARROIOS

PRAÇA DO CHILE, 14, 1.º—Tel. 42414
Dr. Alves de Freitas—Clínica geral—18 h.
Dr. Elísio de Moura—Boca e dentes—A's 3.^{as}, 4.^{as} e sáb., 16 h.; 2.^{as}, 5.^{as} e 6.^{as}, 11 h.
Dr. Cabral Sacadura—Cir. geral—Partos—17 h.
Dr.^a Laurinda Alambre—D. das sr.^{as}—13 h.
Dr. Luiz Andrade—Ouv., nariz e garg.—15 h.
Dr. Mario Ruas—Rins e vias urinárias—17 h.
Dr. Monteiro Grilo—Doenças dos olhos—16 h.
Dr. Paradel de Oliveira—D. de crianças—12 h.
Dr. Pina Monteiro—Coração e pulmões—17 h.
Dr. Ramos Chaves—Pele e sífilis—às 15 h.
Dr. Aires de Sousa—R. X., Radioterapia—16 h.
Dr. Castilho Rodrigues—Análises clínicas, vacinas—14 horas

EMPREGADO

Precisa-se para chefiar secção de embarques casa de movimento, conhecendo bem todo o serviço de exportação e redigindo espanhol, francês, inglês comercial. Resposta a este jornal, ao n.º 22, indicando idade, referências, habilitações, condições.

ALCOBAÇA

Visitem o «HOTEL RESTAURANTE BAU». Esmerado serviço de restaurante e esplendidos quartos e «apparetements».

Recomendado pelos Automovel Club de Portugal, Club dos Medicos Portugueses, Club dos «100 á Horas» e Sociedade Propaganda de Portugal.

Bau só existe um em Alcobaca e não tem sucursais

AIDA MIMOSO

BORDADOS PARA ALTA COSTURA
Travessa da Trindade, 12-2.
Participa às suas Ex^{mas} freguesas e amigas que regressa no dia 20 do corrente.

DINHEIRO EMPRESTA-SE

dando-se o maximo sobre todos os objectos
R. Duque de Palmela, 11
4 R. Alexandre Herculano

UM BOM TAPETE E' UM CAPITAL QUE DURA TODA A VIDA
COMPRE UM BOM TAPETE NA

Manufactura de Tapetes de Lisboa

LARGO DA MISERICORDIA, 18-19
Restauro de carpetes de tôdas as proveniências

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

Paquete «LOURENÇO MARQUES»

Saída na primeira quinzena de Dezembro com escala por Leixões (se convier) para Funchal, Príncipe (se convier) S. Tomé, S. A. Zaire, Luanda, Lobito e Mossamedes.

Recebe carga e passageiros

Paquete «NYASSA»

Saída na primeira quinzena de Dezembro com escala por Leixões (se convier) para Funchal, S. Tomé, Luanda, Lobito, Mossamedes, Cabo, Lourenço Marques, Beira e Moçambique.

Recebe carga e passageiros

Navio/Motor «S. THOME»

Saída nos primeiros dias de Dezembro com escala por Leixões (se convier) para Luanda, Lobito, Mossamedes, Lourenço Marques, Beira e Moçambique.

Recebe carga e passageiros

Lisboa: Rua do Comercio, 79 e 85—Telefones 2 3021 a 2 3026
Porto: Rua Infante D. Henrique, 73—Telefone 1434.

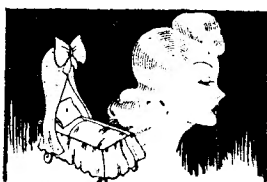
PORTO DE LISBOA

A's quinze horas do dia 27 de Novembro de 1945, proceder-se-á á abertura de propostas para a empreitada de «REPARAÇÃO DE 17 PONTES DE EMBARQUE E DESEMBARQUE DE PASSAGEIROS, DO CAIS E ENTREPOSTO DE ALCANTARA», na sede dos Serviços de Engenharia da Administração Geral do Porto de Lisboa, na Avenida 24 de Julho N.º 96-J, 1.º, onde se encontram patentes o programa e condições do concurso, todos os dias uteis das dez ás dezasseis horas.

O depósito de admissão ao concurso é feito mediante guia passada na Repartição de Contabilidade, na importância de 2.500\$00 (dois mil e quinhentos escudos), em qualquer dia útil até á véspera do concurso, das 10 ás 16 horas.

O depósito definitivo será de 5 % (cinco por cento) do valor total da adjudicação.

Lisboa, 14 de Novembro de 1945.



Remineralizando a futura mãe, nascerá um filho são e resistente a todas as enfermidades



Cuidar a dentição e o desenvolvimento dos ossos constitui a principal medida profilática que os pais devem ter com os filhos



Na idade escolar, quando o cérebro das crianças começa a trabalhar, deve impedir-se a fadiga que ocasionam os primeiros livros



A fadiga ao fazer-se mulher passa por um período de melancolia, anemia e fadiga, que devem ser combatidos sem demora



Em todas as IDADES..

... é necessário fortalecer os ossos e os músculos para evitar o esgotamento e a doença. A diminuição da alegria, a falta de apetite, a insónia, o cansaço, a falta de memória, os nervos excitados, são sinais de alarme com os quais o organismo anuncia uma perda de resistência. Se notar qualquer destes sintomas, consulte o seu médico e recorra com confiança ao Fósforo Ferrero. Depois de um breve tratamento, os seus músculos tornar-se-ão mais ágeis, o seu cérebro funcionará melhor, o equilíbrio dos seus nervos e o bem estar físico dar-lhe-ão mais vida, tornando-lhe o trabalho fácil e agradável.

Peça sempre o legítimo Fósforo Ferrero

A venda em todas as farmacias em caixas de 20 e 40 comprimidos

Fósforo Ferrero

SUPER-ALIMENTO VEGETAL DE ALTO PODER RECONSTITUINTE E NUTRITIVO



Na adolescência exige-se um esforço desordenado aos músculos, a que nem todos os organismos podem resistir



Os jovens que na época de estudos fortificam o seu cérebro, fazem-se homens com um porvir sorridente



A família inteira terá optimismo e alegria vendo que todos os seus componentes gozam de boa saúde



Nunca será um velho se as suas faculdades mentais e os seus nervos conservarem o vigor da juventude

Números mais premiados na lotaria de hoje PEQUENAS NOTÍCIAS

21770 500.000\$00
2240 100.000\$00
5305 20.000\$00
21669 5.325\$00
21771 5.325\$00

Premiados com 5.000\$00
 377 1056 1462 2138 3907 5897
 7374 7599 12497 12633 13279 18903
 18875 19244 21248 21971 22732 24074
 24837 24935

Premiados com 2.000\$00
 1393 2509 2532 2595 4122 4187
 5211 5236 6945 8970 9420 12813
 12947 14566 15081 16141 17266 17333
 17512 18270 18547 20175 21828 22151
 22358 22465 22646 23307 23925 24491
 24792

Premiados com 1.000\$00
 686 1434 1481 1663 2090 2184
 2396 3150 3379 4152 4718 4860
 5421 5476 5589 6073 6941 7130
 7427 8280 8964 9015 9518 9581
 10345 11100 11893 11994 12339 12632
 13495 13742 13880 14045 14055 14097
 14772 14932 15276 15404 15598 15746
 15810 16006 16159 16893 17972 19233
 19423 19436 19673 19720 19762 19851
 19861 21229 21451 21475 22366 22524
 22662 22849 23078 23122 23426 23808
 23988 24940

Premiados com 300\$00
 50 56 57 75 178 290
 364 459 672 734 771 788
 867 898 900 904 934 978
 1059 1067 1112 1180 1184 1263
 1320 1356 1371 1429 1437 1491
 1547 1572 1672 1797 1843 1856
 1886 1910 2031 2049 2121 2154
 2461 2576 2633 2697 2700 2703
 2710 2899 2972 2981 3090 3254
 3368 3447 3498 3543 3551 3583
 3664 3699 3720 3722 4083 4266
 4299 4368 4435 4448 4503 4510
 4558 4705 4734 4743 4833 4921
 5264 5282 5321 5346 5444 5467
 5503 5534 5535 5556 5612 5793
 5796 5826 5903 6034 6040 6075
 6120 6216 6252 6323 6352 6435
 6442 6578 6586 6607 6650 6790
 6836 6853 6913 6996 7048 7095
 7181 7222 7309 7333 7338 7410
 7527 7572 7581 7636 7662 7733
 7766 7806 7993 8031 8156 8173
 8180 8201 8252 8282 8378 8382
 8461 8468 8518 8565 8685 8719
 8828 8850 8955 8987 9089 9113

9114 9122 9171 9223 9277 9293
 9360 9376 9401 9458 9671 9818
 9964 9982 10020 10096 10114 10316
 10367 10411 10465 10478 10527 10531
 10542 10679 10693 10788 10792 10815
 10965 10981 11001 11002 11065 11081
 11087 11144 11199 11236 11369 11544
 11864 12075 12159 12304 12322 12327
 12363 12375 12412 12478 12547 12591
 12723 12782 12810 12844 12870 12901
 12914 12948 12955 13053 13068 13105
 13149 13234 13299 13426 13698 13858
 14056 14228 14231 14251 14491 14494
 14580 14586 14626 14695 14703 14991
 15029 15042 15066 15215 15226 15282
 15364 15367 15396 15555 15606 15622
 15628 15631 15648 15651 15759 15816
 15829 15836 15964 15978 16067 16210
 16256 16269 16281 16297 16395 16434
 16443 16524 16620 16677 16715 16728
 16734 16779 16786 16835 16847 16860
 16988 17097 17115 17124 17173 17210
 17236 17350 17354 17404 17557 17578
 17582 17602 17626 17648 17704 17712
 17730 17940 18018 18084 18137 18184
 18256 18267 18296 18326 18330 18340
 18351 18462 18463 18481 18512 18512
 18561 18663 18692 18812 18823 18899
 18901 18987 19116 19138 19214 19444
 19521 19679 19694 19744 19772 19782
 19810 19831 19856 20036 20070 20142
 20199 20236 20298 20300 20317 20337
 20427 20443 20541 20559 20575 20593
 20621 20678 20722 20845 20963 20990
 21003 21069 21071 21082 21090 21152
 21184 21307 21320 21322 21356 21373
 21447 21510 21594 21641 21756 21919
 21926 21975 22047 22126 22177 22200
 22293 22440 22490 22536 22539 22596
 22809 22868 22888 22905 23186 23275
 23303 23310 23410 23533 23544 23561
 23635 23697 24059 24079 24100 24119
 24162 24182 24296 24341 24350 24430
 24545 24575 24626 24664 24775 24863
 24871 24912 24934 24953 24971 24975
 24999

Os números de 21701 a 21800 de 2231 a 2239 e de 5301 a 5310, têm o prémio de 500\$00, por pertencerem à centena do 1.º prémio e às dezenas do 2.º e 3.º prémios.

Os números terminados em 9, 0 e 1 são premiados com 150\$00, por corresponderem às terminações do 1.º prémio e suas aproximações.

Avisamos os nossos leitores de que devem consultar a lista oficial da Misericórdia.

PEQUENAS NOTÍCIAS

PELA POLÍCIA
CHEQUES SEM COBERTURA—A Polícia Judiciária vai proceder a investigações sobre duas queixas apresentadas pelos srs. Manuel Correia de Sousa e António Pinheiro, os quais acusam determinados indivíduos de lhes passarem cheques no valor de 20.000\$00 e 5.400\$00, os quais não tinham a respectiva cobertura.

MORTE DUM RECLUSO—No hospital dos Capuchos, faleceu o recluso Tomás Martins Miranda de Sousa, de 22 anos, solteiro, pedreiro, natural de Aronches, filho de António Trindade de Sousa e Rita Miranda.

FUGIU UM PRESO—Do hospital dos Capuchos, onde se encontrava hospitalizado, fugiu o recluso José da Rocha ou José Farinha Rocha ou, ainda, Mário Gonçalves, o «Mucalhan», de 33 anos, solteiro, empregado no comércio, que havia sido entregue ao Governo.

ACHADO DE OSSADAS
 Ontem, quando alguns operários procediam a escavações para abertura dum subterrâneo, no prédio números 82 a 86, da rua da Prata, encontraram a ossada dum corpo humano. Por determinação do delegado de saúde, foi o achado, removido, para o Instituto de Medicina Legal.

AS MISSAS POR ALMA
 do engenheiro Duarte Pacheco
 Faz hoje dois anos que faleceu, vítima dum desastre de automóvel, o sr. engenheiro Duarte Pacheco, ministro das Obras Públicas e Comunicações, a cuja notabilíssima acção o país ficou devendo a parte principal dos grandes trabalhos públicos realizados pelo Estado Novo.

Por sua alma, foram rezadas missas nas igrejas de Santa Isabel e de Santo António da Sé, mandadas rezar, respectivamente, pela sua família e pela câmara municipal de Lisboa e pelo Ministério das Obras Públicas.

Os piedosos actos foram muito concorridos.

BOLSA DE LISBOA

VALORES	Electuado	Compra	Venda
Fundos do Estado			
Consolidado 2 3/4 T. 10	994\$	—	994\$
Consolidado 3 % T. 10	1.019\$	1.018\$	1.019\$
Consolidado 3 1/2 T. 10	—	1.060\$	—
Consolidado 3 3/4 T. 10	—	—	1.021\$
Centenários 4 % ... 1942	2.518\$	2.515\$	2.520\$
Obrigs. T. 2 1/2 1942	—	999\$	1.001\$
Externas 1.ª carimbadas	—	—	1.820\$
Externas 3.ª carimbadas	—	1.700\$	1.790\$
Ações			
Esp. St.º e Com. L.ª p.	2.800\$	2.790\$	2.800\$
Lisboa e Açores por...	—	1.110\$	1.150\$
Ultramarino op. T. p...	818\$	818\$	819\$
Portugal port. T. p...	—	1.756\$	1.770\$
Sagres	—	—	2.100\$
Agua Lisboa 1934 T. p.	—	—	229\$
Cimentos Tejo	77\$	77\$	78\$
Cimentos Leiria T. p...	805\$	800\$	808\$
Crédito Predial port...	—	29\$	29\$
Gás e Electricidade cup...	352\$	352\$	352\$
Alto Alentejo cupão...	640\$	638\$	640\$
Industrial Aliança ...	431\$	430\$	432\$
Portugal e Colónias ...	353\$	353\$	354\$
Nacional Naveg. T. p.	1.035\$	1.034\$	1.036\$
Colonial Navegação ...	1.320\$	1.315\$	1.325\$
Portug.ª de Pesca T. p.	—	916\$	930\$
Ind. Farmaceutica ...	—	1.340\$	—
Port.ª de Tabacos cupão	613\$	613\$	614\$
Tabacos Portugal cupão	725\$	725\$	730\$
União Electrica Port.ª	726\$	726\$	727\$
Casqueal	1.177\$	1.176\$	1.177\$
Agrícola das Neves ...	801\$	800\$	805\$
Agricultura Colonial ...	539\$	539\$	540\$
Açúcar de Angola ...	2.004\$	2.003\$	2.005\$
Buzi	214\$	214\$	215\$
Ilha do Principe ...	681\$	681\$	682\$
Zambézia T. de 25 ...	126\$	126\$	127\$
Obrigações			
Agua Lisboa 5 % ...	—	567\$	—
Norte de Portugal 5 %	115\$	114\$	115\$
C. P. 6 %	289\$	—	290\$
C. P. 6 % Beira Baixa	—	285\$	300\$
F.N.I. Moagem 5 % T.p.	1.030\$	1.033\$	—

8

Semanas seguidas de PREMIOS GRANDES A CASA DA SORTE

VENDEU PELA EXTRACÇÃO DE HOJE:

21.770

1.º prémio. 500 contos
 (Bilhete recebido do QUIOSQUE TIVOLI)

Para o NATAL

bilhetes e cautelas com o carimbo da
CASA DA SORTE

a 1.300\$00 e 14\$00

Pedidos a

LISBOA

Rossio, 119

PORTO

Sampaio Bruno, 35-39

BRAGA

S. Francisco, 9

SORTE GRANDE

Vendida no

QUIOSQUE TIVOLI

21770 - 500 CONTOS

(número certo, recebido directamente da Misericórdia).

Rebate-se hoje mesmo e todos os outros dias todos os vigésimos da Sorte Grande sem qualquer desconto, até à meia noite.

N. B.—O bilhete da Sorte Grande foi enviado à Casa da Sorte.

2.º Prémio--2240--Cem contos

Numero certo, vendido pela casa

Campião & C.ª

Rua do Amparo, 116 - LISBOA

GRANDE LOTARIA DO NATAL

6.000 Contos

Bilhetes. . . a 1.300\$00

Vigesimos. a 65\$00

Cautelas. . . a 14\$00

Desde já á venda nas casas

Campião & C.ª

LISBOA—PORTO—COIMBRA—FARO

A POLÍTICA FRANCESA

Maurice Thorez dirigiu nova mensagem a De Gaulle sobre a constituição do Governo

PARIS, 16 — A rádio desta cidade disse ontem à noite que em resposta ao general De Gaulle, Maurice Thorez, chefe do Partido Comunista, dirigira uma segunda mensagem cujo texto a rádio transmitiu.

A carta de Thorez mantém as propostas comunistas sobre a participação do Partido Comunista no governo e insiste para que um dos principais ministérios—Interior, Estrangeiros ou Guerra—seja confiado aos comunistas e que a eles seja dada uma participação «equitativa no número e importância» nos demais ministérios.

Thorez confirmou o desejo dos comunistas de tomar a sua quota parte de responsabilidade no governo. «O país espera ver constituído o governo sem demora a imagem da Assembleia Nacional e segundo a vontade do eleitorado». —(R.).

De Gaulle acabará por desistir de formar governo?

PARIS, 16.—(Do correspondente especial da Reuter, Harold King)—Nos círculos em contacto estreito com o general De Gaulle, declarava-se ontem à noite, que se os comunistas persistirem na sua atitude, o general declinará prosseguir nos seus esforços para constituir governo. Nos círculos comunistas dizia-se que, sendo o maior partido da Assembleia, eles tinham de insistir por um dos principais ministérios no novo governo.

Se isso lhes fosse recusado, e o general De Gaulle consequentemente renunciasse a formar novo governo, ficaria a escolha entre um governo da ala direita, baseado na coligação dos socialistas e católicos progressivos, ou um governo da ala esquerda, baseado na coligação dos comunistas e socialistas. Com uma pressão conveniente, De Gaulle pode afastar-se da sua intenção expressa de chefiar apenas, um governo de todos os partidos e poderia chefiar um governo de coligação socialista e dos católicos da esquerda.

A única declaração oficial publicada ontem à noite, pelo gabinete do general De Gaulle sobre as perspectivas da constituição do novo governo, diz que o general «completara as suas consultas».

Acrescenta que, «no decorrer dessas consultas não aparecera obstáculo de princípio ou de programa à formação do governo».

Acrescentava, todavia, que restam certas dificuldades no que respeita à distribuição dos cargos ministeriais. —(R.).

Um comentário do «Times»

LONDRES, 16.—O correspondente do «Times» em Paris, diz que a verdadeira interrogação da França neste momento é o general De Gaulle. O correspondente escreve: «A oposição

A batalha de Surabaia

entrou no sétimo dia

BATAVIA, 16.—A batalha de Surabaia entrou no seu sétimo dia. O quartel general dos Aliados anuncia que a resistência dos indonésios diminuiu de intensidade mas que grupos dispersos continuam a fazer fogo sobre as tropas aliadas. Estas ampliaram a zona de ocupação em direcção a leste e atingiram os estaleiros, onde houve nos últimos dias forte resistência, empregando os rebeldes morteiros e canhões.

Às primeiras horas de hoje a agência noticiosa holandesa anunciou um afrouxamento do avanço das tropas britânicas para consolidar as posições ocupadas. Os extremistas indonésios, numa emissão da rádio de Surabaia, ameaçaram «atacar o dr. Soekarno, presidente da República indonésia e o seu regime». Os extremistas acusam o dr. Soekarno de ser «excessivamente moderado». —(R.)

entre os comunistas e o general De Gaulle, embora não seja expressa em declarações políticas por uma conspiração de silêncio, é evidente aos observadores políticos através das disputas sobre a atribuição de pastas no novo governo. A imprensa comunista, conquanto não ataque pessoalmente o general De Gaulle, procura dar-lhe a menor possibilidade possível para diminuir o prestígio do seu governo e desacreditar os seus ministros e a sua administração — exceptuando naturalmente os dois ministros comunistas. Também ataca a política externa do governo francês. Insistentemente louva a política externa e interna da Rússia e dos outros países com governos mais ou menos comunistas. Além disso, a oposição toma uma forma de campanha contra a Grã-Bretanha. Em cada dia que passa esta atitude se torna mais clara e mais pronunciada. Se o general De Gaulle cede às exigências dos comunistas, deixa de ser ele próprio. Seria possível para ele constituir um governo excluindo os comunistas, mas não há a certeza de que aceite esta hipótese, visto que a sua firme política de sempre foi manter-se acima dos partidos e procurar representar tudo o que em França signifique uma força construtiva». —(R.).

A Austria

reclama

um plebiscito para resolver a questão do Tirol

VIENNA, 16.—(De Harold Queen, correspondente especial da «United Press»)—O dr. Karl Gruber, subsecretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, disse que o governo provisório austriaco, presidido pelo dr. Renner, tinha apresentado uma nota à Comissão Aliada de Fiscalização, para ser submetida às Nações Unidas, na qual pede a reanexação do sul do Tirol. A nota pede que seja levado a cabo um plebiscito a fim de determinar a atitude da população austriaca para parte do Tirol, que presentemente se encontra nas mãos dos italianos. Acrescenta que a separação do sul do Tirol, do território austriaco enfraqueceu, notavelmente a estabilidade económica e política da Austria.

O dr. Gruber, disse, que aquela parte do Tirol foi anexada pela Itália em 1918 e que, se não for novamente entregue à Austria, constituirá sempre um pómo de discórdia na Europa Central e nunca poderá haver relações amigáveis entre a Austria e a Itália. Acrescentou que nos últimos meses, no sul do Tirol, a população austriaca iniciou um movimento de restauração, que tomou considerável impulso, razão pela qual têm de ser satisfeitas as justas aspirações dos austriacos que habitam naquela região que está a ser governada pela Itália, quando legitimamente pertence à Austria. —(United Press).

Admite-se a hipótese de serem adiadas as eleições bulgaras

SOFIA, 16 — (De Elisabeth Barker, correspondente da Reuter) — Hoje — dois dias antes das eleições gerais bulgaras—Sofia é a cidade dos boatos e da incerteza. Alguns daqueles que até domingo último estavam seguros de que as eleições não voltariam a ser adiadas estão agora preparados para discutir a possibilidade de um segundo adiamento à última hora. Os factores que concorrem para isso são os seguintes: Primeiro, a subita partida para Moscovo de Mark Ethridge, enviado especial do presidente Truman à península balcânica; segundo, o boato muito espalhado mas sem qualquer fundamento de que dois ou três ministros não comunistas possam resignar antes das eleições; terceiro, a informação, um pouco melhor fundamentada, de que alguns agrários que figuram nas listas dos candidatos da Frente Popular possam retirar a sua candidatura, criando uma situação difícil, pois não seria possível substituir a tempo.

Presumindo que as eleições se realizem no domingo, os elementos moderados da Frente Patriótica prevêem 60 por cento ou mais de votos dos quatro milhões dos eleitores bulgaros.

Nos meios da oposição declara-se naturalmente que o governo não poderia obter maioria em eleições «genuinamente livres», visto que a Frente Patriótica, que era indubitavelmente muito popular há um ano, perdeu muito do seu apoio devido a uma forte opinião anti-comunista. A questão de se verificar agora que as eleições são livres depende dos bulgaros se sentirem mais ou menos intimidados por ameaças reais ou imaginárias de represália contra aqueles que não dêem o seu voto à Frente Patriótica. E' certo que manifestações hostis de grupos de estudantes que se supõem comunistas contra os chefes da oposição e ameaças pelo telefone e por meio de cartas aos mais proeminentes chefes da oposição criaram um nervosismo geral. —(R.).

A atitude da oposição

SOFIA, 16 — O presidio permanente do partido Agrário da oposição bulgara, presidido por Nikola Petkov e Dimitri Grohev, publicou instruções anulando todas as reuniões da oposição pelo país fora, «emquanto a ordem legal não estiver estabelecida e a liberdade de reunião e palavra não forem garantidas».

O motivo dado para as instruções foi evitar «recontros sangrentos». Por outras palavras, o Directório Bulgaro da Milícia, equivalente ao Q. G. da Polícia, publicou um aviso dizendo que certos grupos da oposição planeavam provocar disturbios, acrescentando que as autoridades aplicariam a lei com inflexível severidade. —(Reuter).

O marechal Tito

deseja boas relações com a Inglaterra

BELGRADO, 16.—O marechal Tito disse aos jornalistas britânicos, de visita à Jugoslávia, que «deseja boas relações com a Grã-Bretanha, mas que o principal obstáculo tem sido a falta de confiança por parte dos britânicos». Há pessoas na Grã-Bretanha que não compreendem o que se passa na Jugoslávia e que se opõem à nova Jugoslávia. O país deseja ser um Estado livre e independente, o que significa não apenas independência nas relações com os países balcânicos mas também com as grandes potências. As boas relações com a Rússia não interferem de qualquer forma na completa independência da Jugoslávia. —(Reuter).

A transferência

da administração da Alemanha para autoridades civis na zona de ocupação americana

LONDRES, 16.—William Benton, subsecretário dos Negócios Estrangeiros, que está a caminho da Alemanha a fim de estudar a transferência da administração civil na zona de ocupação dos Estados Unidos para autoridades civis, declarou em Londres que o ministro dos Negócios Estrangeiros, James Byrnes, considera a nomeação dos administradores civis da Alemanha mais importante do que a dos embaixadores para os postos de maior responsabilidade. Benton anunciou que a transferência deve realizar-se entre abril e julho do próximo ano, e disse: «Os nossos oficiais do exército não desejam essas responsabilidades. O general Roder MacLure esteve em Washington recentemente pedindo que o estado maior seja substituído o mais breve possível. O exército tornar-se-á apenas uma força militar de ocupação em vez de agir na administração pública». Funcionários civis americanos tomarão a seu cargo todos os ramos da instrução pública, a fiscalização dos jornais, das emissoras, da publicação dos livros e dos cinemas e tornar-se-ão responsáveis pela reeducação dos alemães. Serão responsáveis perante o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que já iniciou a escolha dos candidatos aos novos cargos.

Benton acrescentou: «Estamos a estudar a forma de fazer regressar à Alemanha todos os indivíduos que se encontram nos Estados Unidos e que sejam de origem alemã. Certas medidas podem ser modificadas de forma a permitir maior liberdade de movimento no estrangeiro a esses indivíduos». Benton deseja que os civis alemães voltem aos seus afazeres particulares, tais como a publicação de jornais e livros e a exploração de cinemas mas «evidentemente sob directa fiscalização americana».

O embaixador Robert Murphy, conselheiro político do general Eisenhower, e o general MacLure estão a empregar todos os esforços para encontrar alemães que possam ser encarregados dessas missões. Deve dizer-se a propósito disso que já foi prometido a alguns alemães na zona de ocupação americana publicar jornais e livros. Os jornais alemães nessa zona já são agora cerca de 20. Benton duvida que as agências noticiosas dos países aliados estejam dispostas a cooperar com esses jornais. As agências americanas interessam-se muito mais pela Itália, mas devido aos obstáculos da transferência de moeda manifestam pouco interesse pelos jornais alemães. —(Reuter).

Os londrinos terão bananas no proximo Natal

LONDRES, 16.—Os londrinos rejubilam com a perspectiva de terem no Natal o primeiro carregamento de bananas desde que principiou a guerra e que se espera que parta da Jamaica dentro de quinze dias. Chegarão charutos da Jamaica e da Índia, que estarão à venda para o Natal. Do norte da Irlanda chegarão perus, mas serão necessárias licenças, se o peso for de mais de 4 quilos.

O governo holandês ofereceu 6 milhões de ostras ao Ministério da Alimentação, que recusou a oferta sob o pretexto de que é um artigo de luxo e a Inglaterra não se pode permitir a despesa de moeda estrangeira com objectos de luxo. O governo holandês lamentou o facto, pois apenas pode oferecer ostras e flores. —(R.).

Se passar por Samora Correia VISITE A PENSÃO NAZARENO

Os melhores Sobre todos

GRAVATARIA Paris

RUA AURÉA 172

Eva